



PANORAMA DO
**TRABALHO
INFANTIL
NO BRASIL**
2025



EXPEDIENTE

Presidência

Synésio Batista da Costa

Vice-Presidência

Carlos Antônio Tilkian

Conselho de Administração

Cleriane Lopes Denipoti

Eduardo José Bernini

Elizabeth Maria Barbosa de Carvalhaes

Euclésio Bragança da Silva

Fernando Vieira de Figueiredo

Fernando Vieira de Mello

Humberto Barbato Neto

José Eduardo Planas Pañella

José Ricardo Roriz Coelho

Luiz Fernando Brino Guerra

Maria Rosemary França Vianna

Morvan Figueiredo de Paula e Silva

Rubens Naves

Vitor Gonçalo Seravalli

Conselho Fiscal

Almir Rosas Augusto Laranja

Bento José Gonçalves Alcoforado

Sergio Hamilton Angelucci

Superintendência

Victor Alcântara da Graça

Gerência Executiva

Juliana Mamona



FICHA TÉCNICA

Texto

Filipe de Souza Almeida Gomes

Colaboração

Bruno Augusto Viotti

Elisabeth Botelho

Giovanna Faro Medeiros

Projeto Gráfico e Diagramação

Denis Martines

SUMÁRIO

Introdução.....	4
Definições conceituais	6
Grupo etário e características demográficas	10
Crianças e adolescentes que realizaram atividades econômicas ou atividades para autoconsumo	11
Crianças e adolescentes que realizaram apenas atividades econômicas.....	23
Crianças e adolescentes que realizaram apenas atividades para autoconsumo	38
Crianças e adolescentes que realizaram atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil.....	46
Condições de trabalho	54
O impacto do trabalho infantil no processo educacional	62
Referências	74



INTRODUÇÃO

O trabalho infantil configura-se como um fenômeno social persistente e multifacetado, que representa uma das principais violações aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil e em diversas outras nações. Apesar dos avanços legislativos e institucionais implementados desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, e da ratificação de tratados internacionais voltados à proteção da infância, o país ainda enfrenta desafios significativos para erradicar o trabalho infantil em suas múltiplas formas. Tal problemática adquire contornos ainda mais críticos quando observada à luz da meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estabelece, entre outras diretrizes, o compromisso de eliminar o trabalho infantil — em especial nas suas piores formas — até o ano de 2025.

No plano metodológico, a transição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a partir de 2016, representou um marco na produção de dados sobre o trabalho infantil no Brasil. Essa mudança permitiu a adoção de critérios mais objetivos e sistemáticos para a identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho incompatível com o que determina a Constituição Federal de 1988 e as normas internacionais. Em consonância com as recomendações emanadas da 20ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018, a Pnad Contínua incorporou, além das atividades econômicas, informações relativas aos afazeres domésticos e às atividades produtivas realizadas para o consumo próprio do domicílio — as chamadas atividades de autoconsumo —, ampliando a abrangência analítica sobre o tema.

Dois contextos principais impediram a publicação de novas investigações do trabalho infantil no Brasil pela Pnad Contínua no período entre 2020 e 2021. Em primeiro lugar, a pandemia de Covid-19 exigiu que essa pesquisa domiciliar fosse realizada por telefone, prejudicando, portanto, o aproveitamento da amostra mestra. Em segundo lugar, os sucessivos adiamentos do início da operação censitária, planejada para o ano de 2020, influenciaram a captação desta realidade pelos métodos estatísticos e o teste dos critérios elaborados para a identificação deste fenômeno na série que se iniciou em 2016.

Deste modo, este relatório técnico-analítico tem como objetivo examinar as principais características do trabalho infantil no Brasil, com base nos dados da Pnad Contínua anual e na série histórica iniciada em 2016. Este relatório está organizado em quatro partes. A primeira apresenta as definições conceituais que embasam a categorização do trabalho infantil no país, considerando as diretrizes nacionais e internacionais. O próximo capítulo discute a distribuição etária e as características demográficas das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, desdobrado em quatro seções que contemplam diferentes combinações de atividades econômicas, de autoconsumo e aquelas classificadas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). A terceira parte analisa as condições de trabalho às quais estão submetidos esses indivíduos, incluindo aspectos como rendimento, jornada semanal e inserção ocupacional. Por fim, a quarta parte explora as implicações do trabalho infantil no processo educacional, com ênfase no impacto sobre alfabetização, frequência à escola, distorção idade-série e nível de instrução.

Por meio dessa análise, pretende-se contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o trabalho infantil no Brasil, fornecendo subsídios empíricos e analíticos para a formulação de políticas de enfrentamento desta sofrível realidade vivenciada por mais de 1,5 milhão de crianças e adolescentes no país.

A dark silhouette of a person standing with their arms raised, holding a rectangular box over their head. The person's legs are slightly apart, and their arms are bent at the elbows, with hands resting on the box. The box is positioned directly above the person's head, obscuring their face.

DEFINIÇÕES CONCEITUAIS

Como mencionado na introdução, a OIT recomendou, dentre outras medidas, a coleta de informações sobre os afazeres domésticos e cuidado de pessoas e do trabalho realizado na produção e/ou construção para o consumo do próprio domicílio. O primeiro grupo que se enquadra nestes critérios é daquelas crianças e adolescentes que desempenham alguma **atividade econômica**.

O grupo compreende crianças e adolescentes ocupados na semana de referência da pesquisa que trabalharam pelo menos uma hora completa em atividade remunerada, seja em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.). Também estão incluídos aqueles que trabalharam sem remuneração direta em auxílio à atividade econômica de um membro do domicílio ou de um parente residente em outro domicílio, bem como aqueles que tinham um trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados na semana da pesquisa. O trabalho infantil inserido nesse grupo pode ocorrer em diferentes setores econômicos, incluindo agricultura, comércio, serviços e indústria¹.

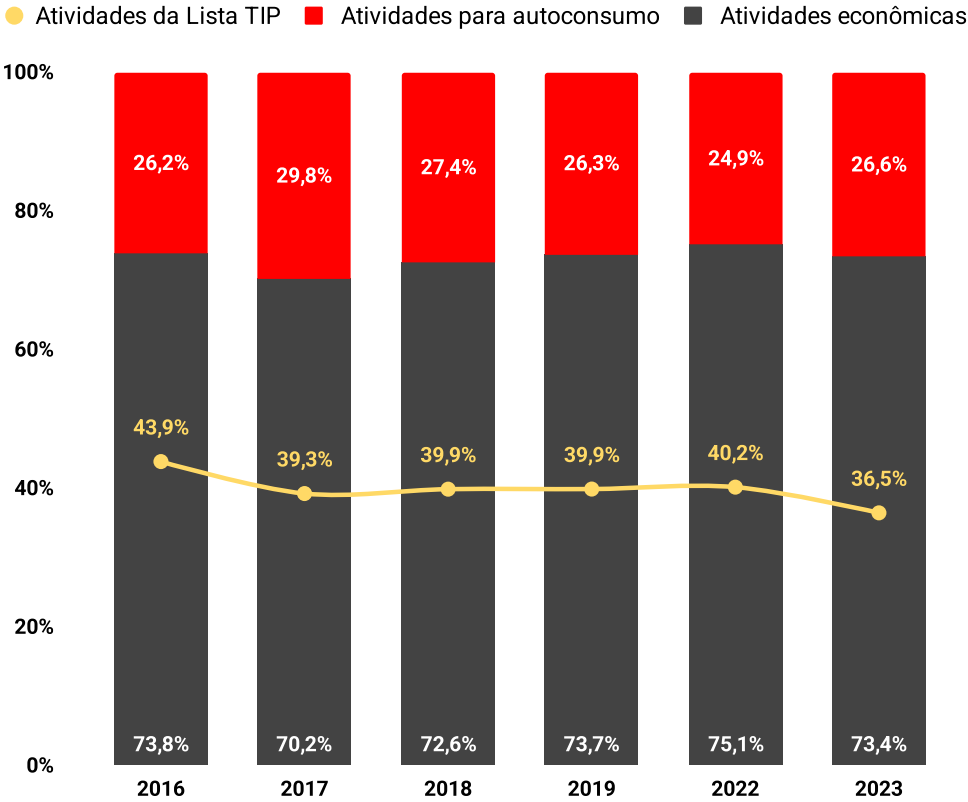
O segundo grupo refere-se às crianças e adolescentes envolvidos na produção de bens e serviços para o uso exclusivo dos moradores do domicílio ou de parentes que não residem no mesmo local (**atividades para autoconsumo**). Esse trabalho está distribuído em quatro principais categorias:

- Cultivo, pesca, caça e criação de animais;
- Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, palha ou outros materiais;
- Fabricação artesanal de produtos como calçados, roupas, móveis, cerâmicas, alimentos;
- Construção de estruturas como prédios, cômodos, poços e outras obras².

Conforme demonstra o gráfico abaixo, o trabalho infantil em atividades econômicas representa a maior parte da ocupação infantil em todos os anos analisados, variando entre 70,2% (2017) e 75,1% (2022) — o pico da série histórica; em 2023, o percentual foi de 73,4%, uma redução de quase 2 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Por outro lado, houve um aumento de 1,8 p.p. no percentual de crianças e adolescentes realizando atividades para consumo próprio em relação a 2022. Além disso, é relevante ressaltar a redução, em 2023, de 22,5% do número de crianças e adolescentes realizando atividades da lista TIP em relação ao penúltimo ano da série histórica. O trabalho voltado para autoconsumo, por sua vez, representa uma parcela menor, mas ainda significativa do total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, significando cerca de um em cada quatro crianças e adolescentes.

^{1 e 2} Ver em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101806.pdf>.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil segundo categoria de atividade – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil segundo categoria de atividade – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Categoria de atividade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Atividades econômicas	1.558.498	1.365.014	1.382.459	1.296.279	1.413.017	1.178.957
Autoconsumo	553.273	580.360	522.472	461.798	468.032	427.981
Total	2.111.771	1.945.374	1.904.931	1.758.077	1.881.049	1.606.938

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil que realizou atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Categoria de atividade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Atividades da Lista TIP	926.294	763.577	759.750	701.444	755.701	585.993
Total	2.111.771	1.945.374	1.904.931	1.758.077	1.881.049	1.606.938

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Além disso, a revisão dos critérios de identificação do trabalho infantil permitiu uma correspondência mais precisa entre as atividades listadas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil e as ocupações listadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), tornando possível a seleção dessas atividades de maneira concreta e transparente.

Por fim, há o grupo das piores formas de trabalho infantil, uma classificação definida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na Convenção 182. Adotada em 1999 e ratificada pelo Brasil em 2000, essa convenção estabelece a necessidade de medidas imediatas para erradicar formas de trabalho infantil que coloquem em risco a saúde, a segurança e a moralidade de crianças e adolescentes. No Brasil, a regulamentação da Convenção 182 ocorreu por meio do Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, que instituiu a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP). Essa lista detalha mais de 90 atividades laborais consideradas prejudiciais ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, classificadas de acordo com os riscos que apresentam.

A Lista TIP engloba atividades que envolvem esforços físicos intensos, exposição a agentes químicos e biológicos perigosos, riscos de acidentes graves e contato com ambientes degradantes ou ilícitos. Entre as ocupações identificadas como proibidas para menores de 18 anos estão aquelas relacionadas à produção e manuseio de substâncias tóxicas (como pesticidas e solventes), ao trabalho em lavouras e colheitas com risco de intoxicação, ao transporte manual de cargas excessivamente pesadas, à atuação em lixões e aterros sanitários, ao trabalho em matadouros e atividades que envolvem contato com calor, ruído ou radiação em níveis prejudiciais.

A regulamentação dessas ocupações na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) permitiu uma correspondência mais precisa entre as

atividades identificadas na Lista TIP e as ocupações presentes no mercado de trabalho, possibilitando um monitoramento mais efetivo e a aplicação de medidas de fiscalização. Essa correspondência também é essencial para a formulação de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil, pois fornece subsídios para que os órgãos responsáveis, como o Ministério do Trabalho e os conselhos tutelares, possam atuar com maior precisão na identificação e combate dessas práticas.

A importância da Convenção 182 e da Lista TIP reside no fato de que, ao definir com clareza as atividades proibidas, elas auxiliam no reconhecimento da gravidade das piores formas de trabalho infantil e na mobilização de esforços para sua erradicação. Além disso, reforçam a necessidade de políticas de proteção social, educação e geração de renda para as famílias, pois o trabalho infantil, especialmente em suas formas mais severas, está frequentemente associado à pobreza e à falta de oportunidades para crianças e adolescentes.



A light gray silhouette of a person walking, facing right, positioned in the background behind the text.

GRUPO ETÁRIO E CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Crianças e adolescentes que realizaram atividades econômicas ou atividades para autoconsumo

Em 2023, o país registrou 1,6 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil, o menor valor de toda a série histórica; além de significar uma redução de 14,6% em relação a 2022; isso também representa uma redução de 23,9% de crianças e adolescentes no trabalho infantil em sete anos. Deste modo, o país retoma em 2023 a tendência de redução do trabalho infantil observada a partir de 2017 e interrompida em 2022 — ano em que houve a primeira divulgação do suplemento da Pnad Contínua que investigou a conjuntura do trabalho infantil pós pandemia de Covid-19.

A proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil também apresentou redução em relação ao ano anterior, sendo o terceiro menor percentual de toda a série histórica (4,5%) — maior apenas que 2018 (4,1%) e 2019 (3,8%); contudo, é maior do que a proporção dos três últimos anos anteriores à pandemia de Covid-19.

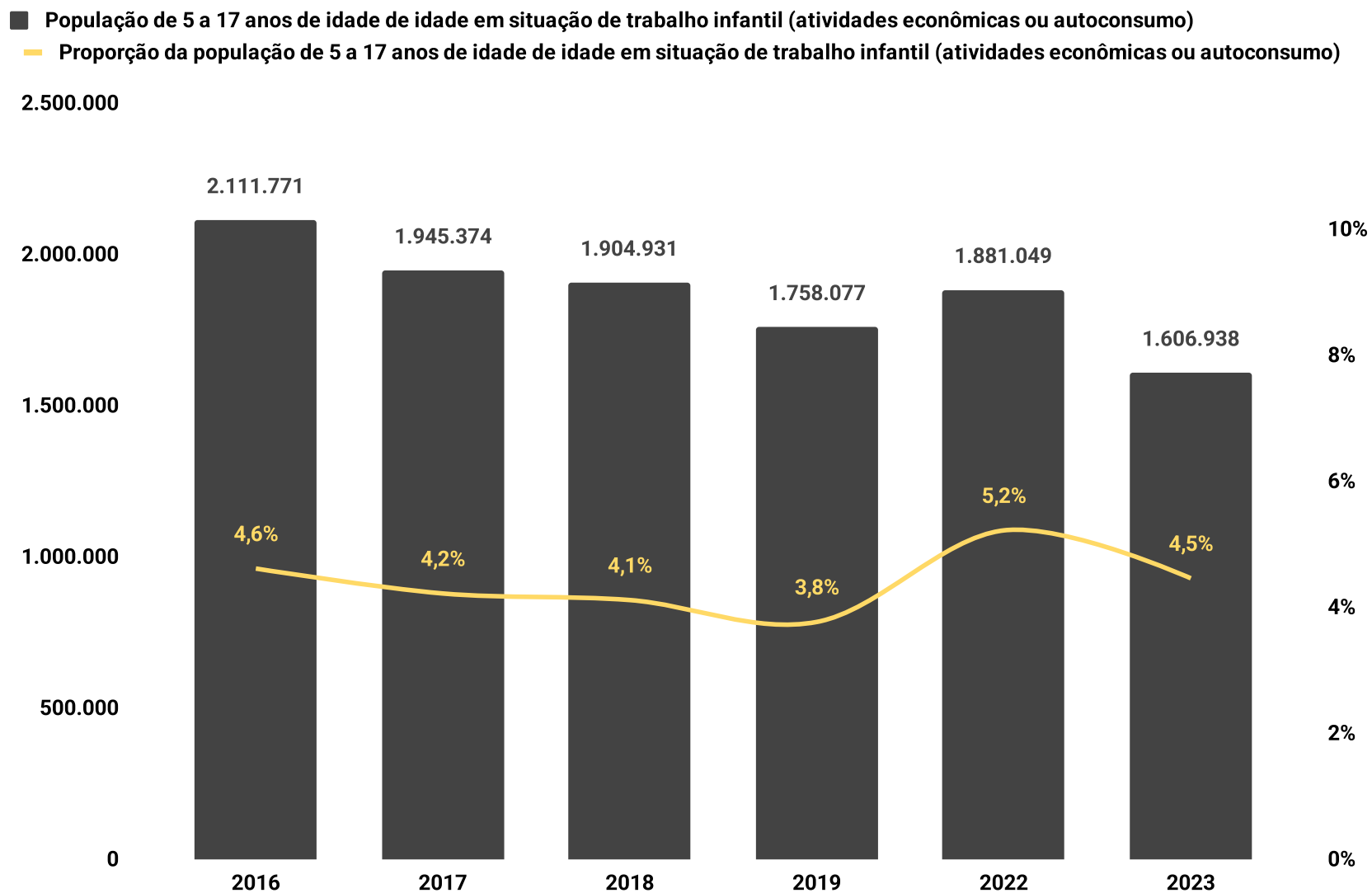
Nos anos de 2020 e 2021 as taxas de desocupação atingiram o pico de toda a série histórica iniciada em 2012, tendo a taxa média de desocupação deste período resultado em 13,5%. Além disso, neste período de maior intensidade

da pandemia contribuiu para a perda de renda familiar, o que fez muitas famílias enfrentarem perda de emprego, redução de renda e dificuldades econômicas devido às restrições e impactos da pandemia. Como resultado, algumas podem ter recorrido ao trabalho infantil como uma forma de aumentar a renda doméstica e enfrentar as dificuldades financeiras.

Com a interrupção de muitas atividades econômicas formais, como comércio e serviços, houve um aumento na demanda por mão de obra em atividades informais, como agricultura, trabalho doméstico e venda ambulante. As crianças e adolescentes podem ter sido recrutados para esses grupos de atividades devido à sua disponibilidade e vulnerabilidade.



Proporção e população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) em relação à população da mesma faixa etária – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



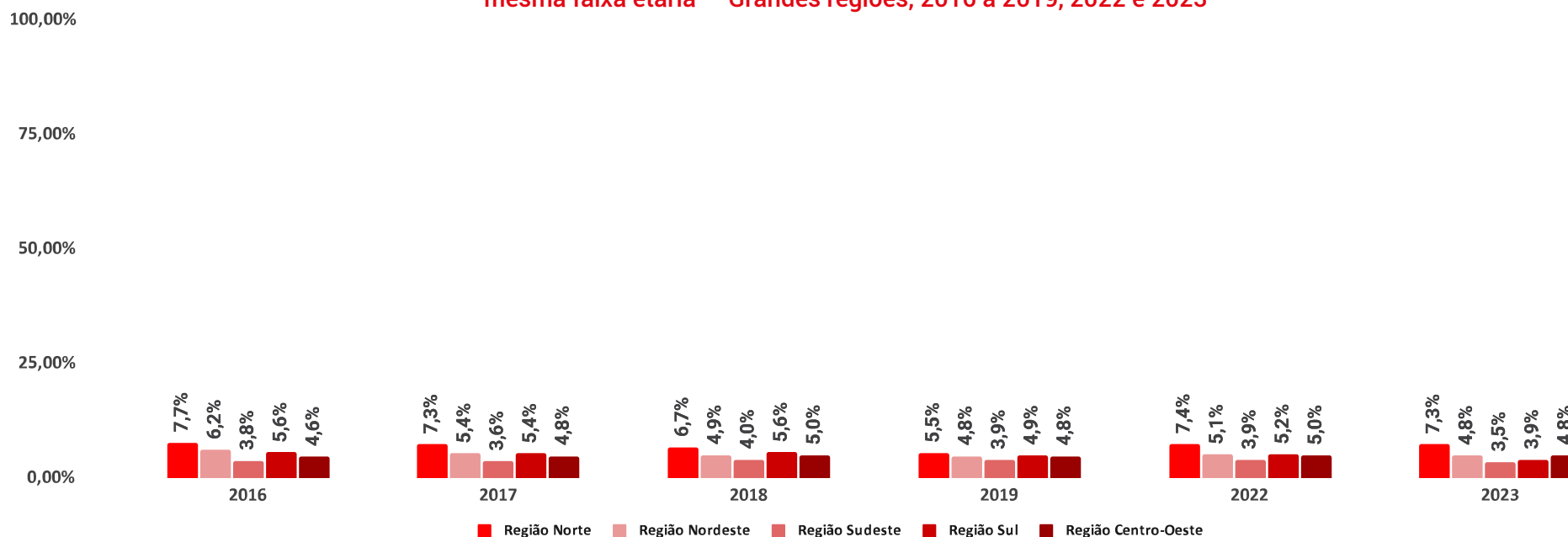
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

A redução no número de crianças em situação de trabalho infantil foi observada em todas as grandes regiões do país, porém com proporções distintas. A região Sul foi a que demonstrou redução mais expressiva dentre as demais (28,9%); já a menor queda foi observada na região Norte (4,7%). As demais regiões também apresentaram reduções significativas: região Sudeste, 17,7%, Nordeste, 11,7% e Centro-Oeste, 7,5%.

A região Norte, por sua vez, foi aquela que apresentou a maior proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que realizaram atividades econômicas ou para autoconsumo em 2023 (7,3%) — 1,6 vezes maior que a proporção do país. Essa proporção é apenas 0,5% menor do que a verificada em 2022, o que evidencia uma estagnação da proporção de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nesta região do país.

As regiões Nordeste (4,8%) e Centro-Oeste (4,8%) também apresentaram proporções superiores à média nacional. Por outro lado, as regiões Sul (3,9%) e Sudeste tiveram proporções inferiores à média do país.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) em relação à população da mesma faixa etária — Grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Localidade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Região Norte	337.251	318.140	282.162	230.544	299.389	285.358
Região Nordeste	756.879	645.100	586.910	553.867	573.127	505.894
Região Sudeste	583.793	555.804	601.447	580.121	580.232	477.574
Região Sul	290.979	278.613	280.009	245.972	271.178	192.736
Região Centro-Oeste	142.869	147.707	154.392	147.571	157.123	145.376
Brasil	2.111.771	1.945.374	1.904.931	1.758.077	1.881.049	1.606.938

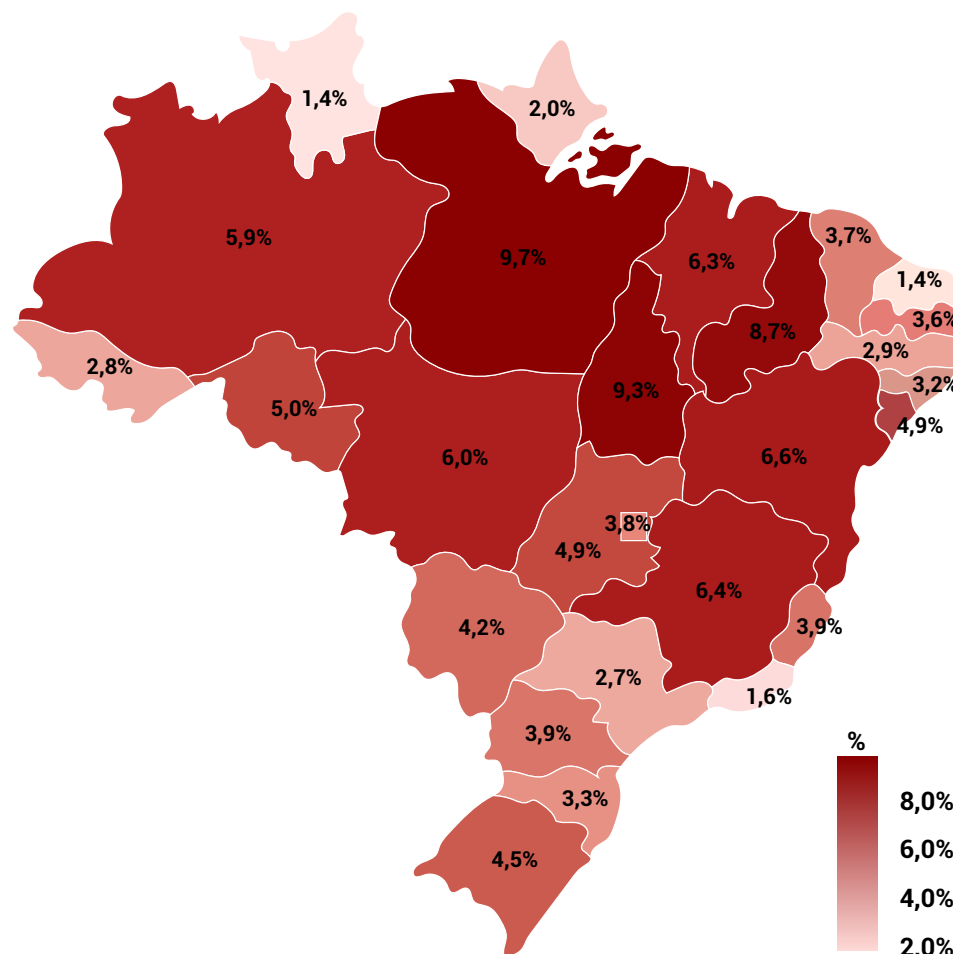
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

O mapa abaixo evidencia que alguns estados apresentam proporções de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil muito acima da média nacional. É o caso dos estados do Pará (9,7%), Tocantins (9,3%), Piauí (8,7%), Bahia (6,6%), Maranhão (6,3%) e Minas Gerais (6,4%).

Pará e Tocantins, com 9,7% e 9,3%, respectivamente, têm proporções mais que o dobro da média nacional (4,5%), destacando-se como os estados mais críticos. Esses percentuais sugerem que, nesses estados, quase 1 em cada 10 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos está em situação de trabalho infantil, o que revela a persistência de situações estruturais de vulnerabilidade social e econômica.

Embora haja variações intrarregionais, as regiões Norte e Nordeste reúnem a maior parte dos estados com proporções elevadas de trabalho infantil. Por outro lado, estados como Roraima (1,4%), Rio Grande do Norte (1,4%) e Rio de Janeiro (1,6%) apresentam os menores percentuais, muito abaixo da média nacional.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) em relação à população da mesma faixa etária – Unidades da Federação, 2023



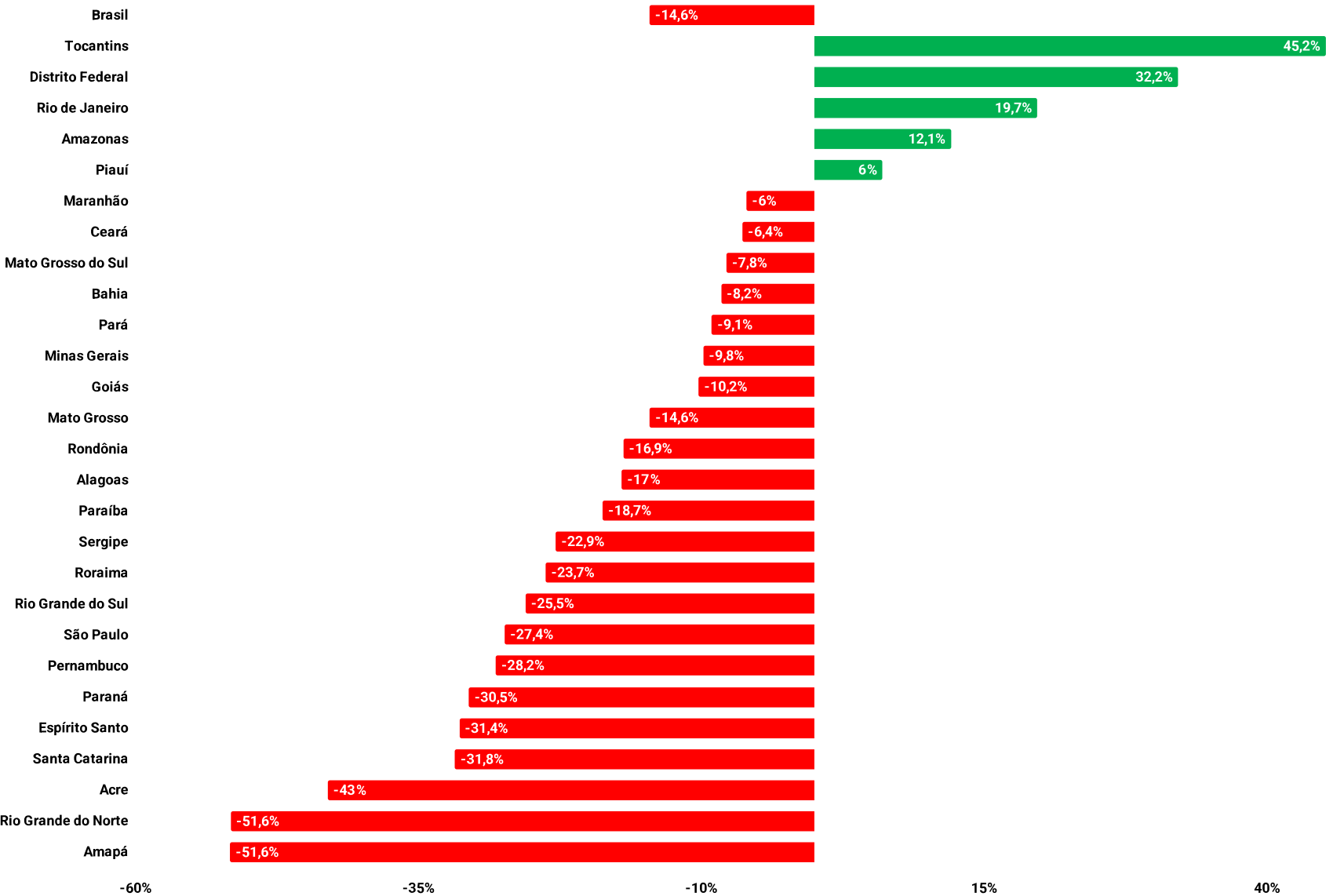
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Como dito anteriormente, houve uma redução de 14,6% no total de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil em relação a 2022, mas essa redução não ocorreu de forma uniforme entre as Unidades da Federação. Ao todo, 23 estados registraram redução e 4 registraram aumento no número de casos. As maiores quedas percentuais ocorreram no Amapá e no Rio Grande do Norte, ambos com -51,6%, seguidos pelo Acre, que apresentou uma redução de 43%. Outros estados com reduções expressivas acima de 30% foram Santa Catarina, com -31,8%, Espírito Santo, com -31,4%, e Paraná, com -30,5%.

Na faixa intermediária de redução, entre 29% e 10%, situaram-se estados como Pernambuco, com -28,2%, São Paulo, com -27,4%, Rio Grande do Sul, com -25,5%, e Roraima, com -23,7%. Sergipe, Paraíba, Alagoas, Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Maranhão também apresentaram reduções, variando de -22,9% a -6,0%.

Por outro lado, quatro Unidades da Federação apresentaram aumento percentual no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil entre 2022 e 2023. Tocantins liderou esse grupo, com um crescimento de 45,2%, seguido pelo Distrito Federal, com 32,2%, Rio de Janeiro, com 19,7%, Amazonas, com 12,1%, e Piauí, com 6%.

Variação percentual da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) entre 2022 e 2023 – Brasil e Unidades da Federação



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

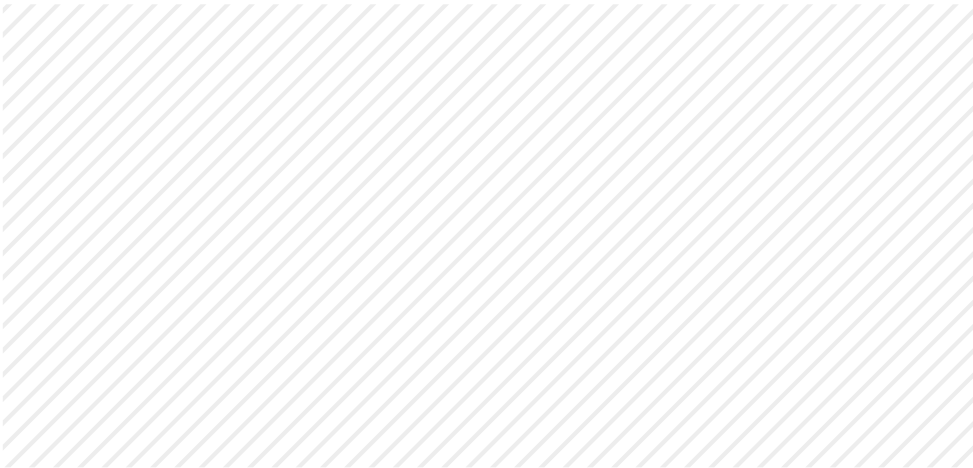
17

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil
(atividades econômicas ou autoconsumo) e variação percentual entre
2022 e 2023 — Brasil e Unidades da Federação

Unidade da Federação	2022	2023	Variação percentual
Amapá	7.196	3.480	-51,6%
Rio Grande do Norte	17.320	8.383	-51,6%
Acre	9.763	5.563	-43%
Santa Catarina	59.980	40.928	-31,8%
Espírito Santo	37.030	25.407	-31,4%
Paraná	109.190	75.850	-30,5%
Pernambuco	68.349	49.102	-28,2%
São Paulo	271.924	197.471	-27,4%
Rio Grande do Sul	102.009	75.958	-25,5%
Roraima	2.922	2.228	-23,7%
Sergipe	27.292	21.053	-22,9%
Paraíba	33.023	26.843	-18,7%
Alagoas	24.814	20.586	-17%
Rondônia	18.443	15.330	-16,9%
Mato Grosso	50.170	42.870	-14,6%
Goiás	69.120	62.045	-10,2%
Minas Gerais	237.221	213.928	-9,8%
Pará	191.496	174.137	-9,1%
Bahia	186.907	171.498	-8,2%
Mato Grosso do Sul	23.895	22.038	-7,8%
Ceará	63.874	59.803	-6,4%
Maranhão	100.276	94.259	-6%
Piauí	51.272	54.366	6%
Amazonas	49.466	55.432	12,1%
Rio de Janeiro	34.056	40.768	19,7%
Distrito Federal	13.939	18.422	32,2%
Tocantins	20.102	29.188	45,2%
Brasil	1.881.049	1.606.936	-14,6%

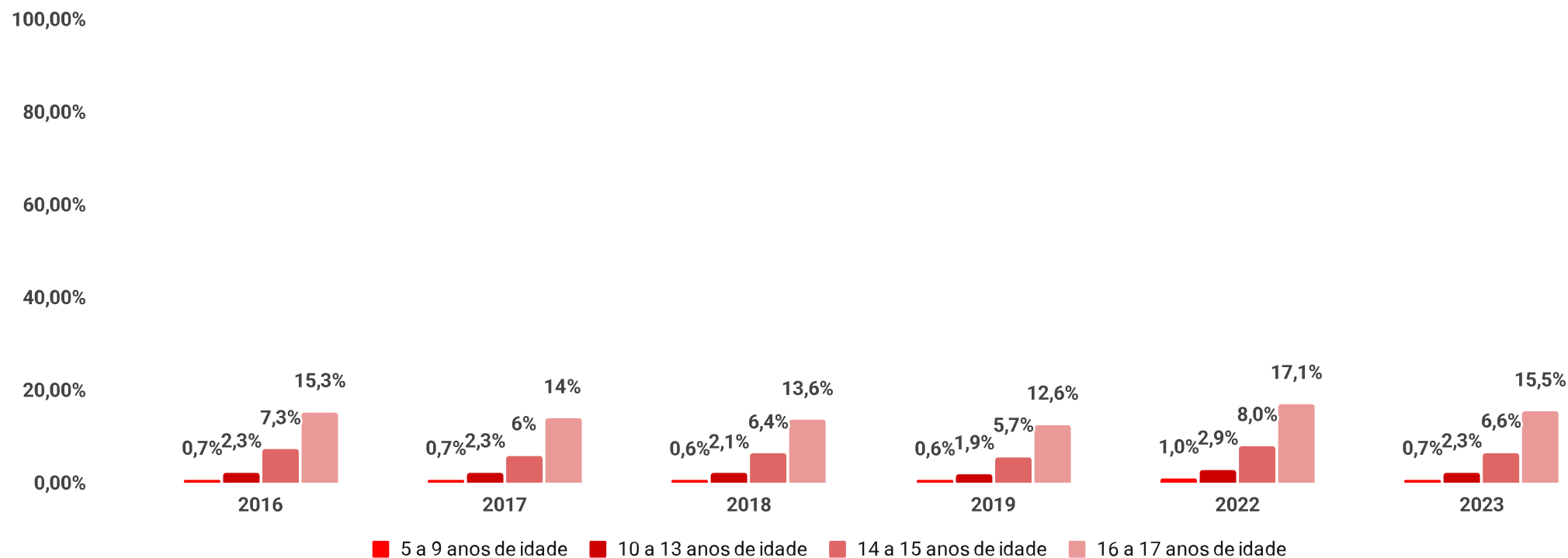
A distribuição percentual de indivíduos em situação de trabalho infantil por grupo etário revela a tendência de que a medida que os indivíduos crescem, as proporções de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil aumentam consideravelmente. Além disso, nota-se uma estabilidade dessas proporções ao longo da série histórica.

Em 2023, mais de 15,5% da população de 16 e 17 anos de idade estavam em situação de trabalho infantil (queda de 1,6 ponto percentual em relação a 2022), o que representa cerca de 900 mil crianças e adolescentes; essa proporção é mais que o dobro dentre aqueles de 14 a 15 anos de idade (6,6%, redução de 1,4 ponto percentual em relação ao ano anterior) — três vezes maior que entre o grupo de 10 a 13 anos de idade, por exemplo. Entre o grupo de 10 a 13 anos de idade a proporção foi de 2,3% e 0,7% entre os de 5 a 9 anos de idade.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo grupo etário — Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) e variação percentual entre 2022 e 2023 – Brasil e Unidades da Federação

Grupo etário	2016	2017	2018	2019	2022	2023
5 a 9 anos de idade	109.633	120.212	100.396	95.311	132.640	100.092
10 a 13 anos de idade	343.108	337.461	320.825	287.203	316.627	246.251
14 a 15 anos de idade	543.436	454.362	481.185	436.342	444.140	365.660
16 a 17 anos de idade	1.115.594	1.033.339	1.002.525	939.221	987.642	894.935
Total	2.111.771	1.945.374	1.904.931	1.758.077	1.881.049	1.606.938

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

A distribuição percentual da população de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no Brasil, segmentada por faixas etárias, demonstra que a maior parte da população em situação de trabalho infantil está concentrada nas faixas etárias de 14 a 15 anos e 16 a 17 anos, que juntas correspondem a mais de 75% dos casos em todos os anos analisados, em outras palavras, cerca de três em cada quatro indivíduos em trabalho infantil têm entre 14 e 17 anos. O grupo de 16 a 17 anos representa a maior parcela do total sendo que houve um aumento de 3,2 pontos percentuais em relação a 2022: uma oscilação de 52,5% em 2022 para 55,7% em 2023, isso sugere que o

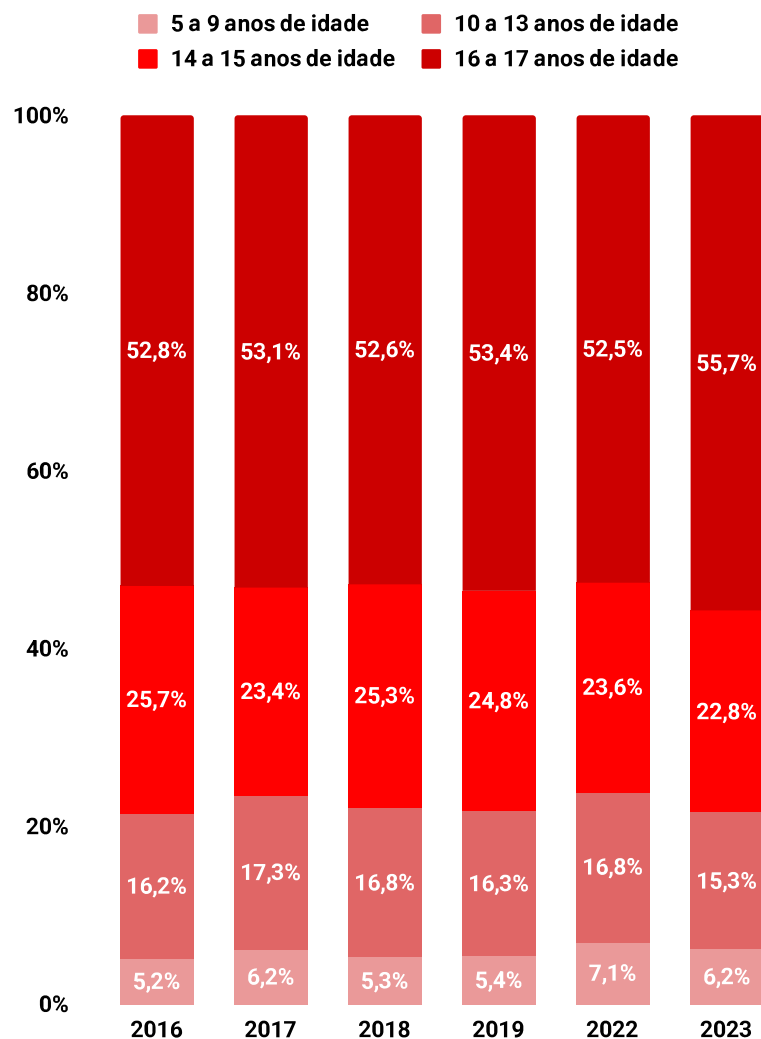
trabalho infantil se intensifica na medida em que os indivíduos se aproximam da idade mínima legal para o trabalho.

Apesar da legislação brasileira permitir a aprendizagem profissional a partir dos 14 anos, muitos adolescentes acabam desempenhando atividades irregulares ou informais que não se enquadram na categoria de aprendiz. Em vista disso, a faixa de 14 a 15 anos representou aproximadamente 23% a 25% dos indivíduos em situação de trabalho infantil ao longo da série histórica, apesar da redução de 0,9 p.p. em 2023 em relação a 2022 (23,6% para 22,8%).

A participação da faixa de 10 a 13 anos oscilou ao longo do período analisado, atingindo o pico em 2017 (17,3%), mas recuando para 15,3% em 2023, o menor percentual da série; já a participação do grupo de 5 a 9 anos no total de crianças em situação de trabalho infantil se manteve relativamente baixa, variando entre 5,2% (2016) e 7,1% (2022), e recuando para 6,2% (2023).



Distribuição da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

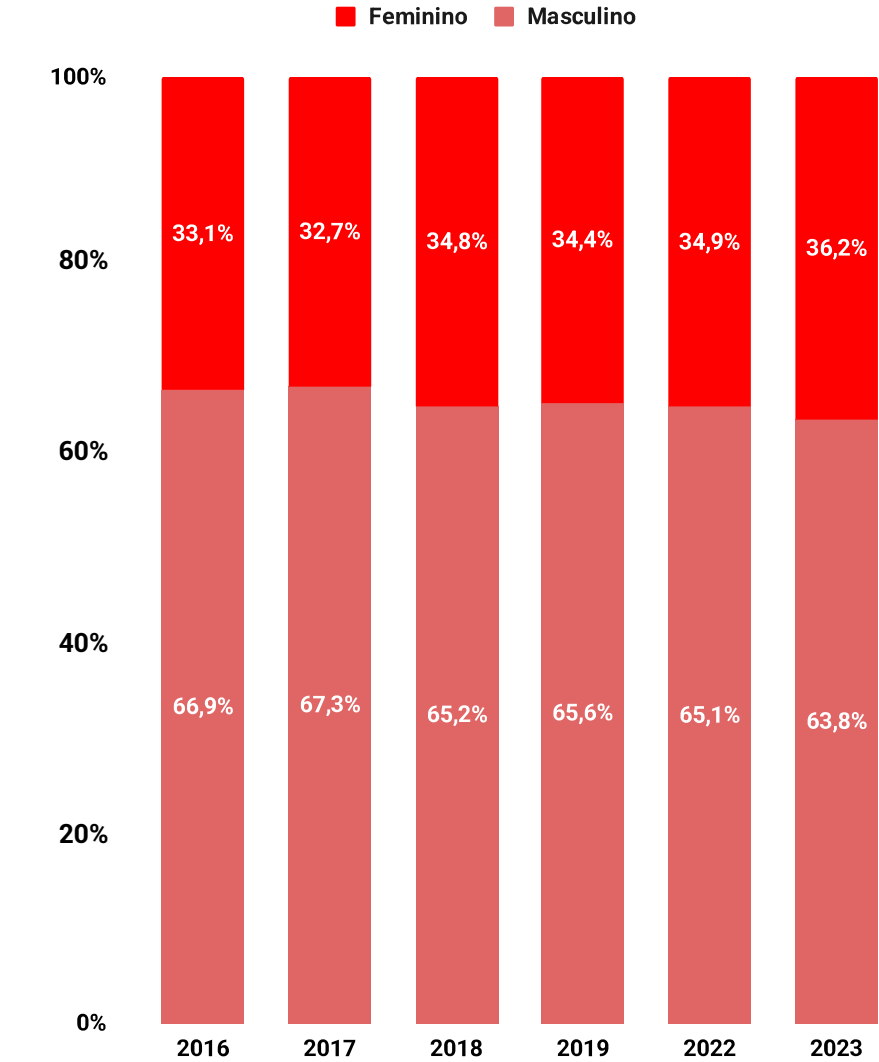


Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Em todos os anos analisados, cerca de duas em cada três crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são do sexo masculino, variando entre 67,3% (2017) e 63,8% (2023). Essa predominância pode estar relacionada a fatores como a maior inserção de meninos em atividades tradicionalmente associadas ao trabalho infantil, como agricultura, construção civil e trabalhos braçais em geral.

Embora os meninos ainda representem a maioria, há um leve crescimento da participação feminina no trabalho infantil ao longo do período analisado. Em 2016, as meninas representavam 33,1% dos casos, e esse percentual aumentou para 36,2% em 2023, o maior da série.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo sexo – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

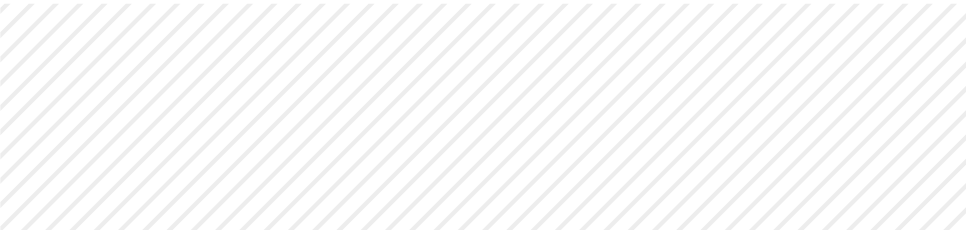
População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo sexo – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Sexo	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Masculino	1.412.287	1.308.359	1.241.319	1.153.678	1.224.915	1.026.002
Feminino	699.483	637.007	663.602	604.400	656.134	580.935
Total	2.111.770	1.945.366	1.904.921	1.758.078	1.881.049	1.606.937

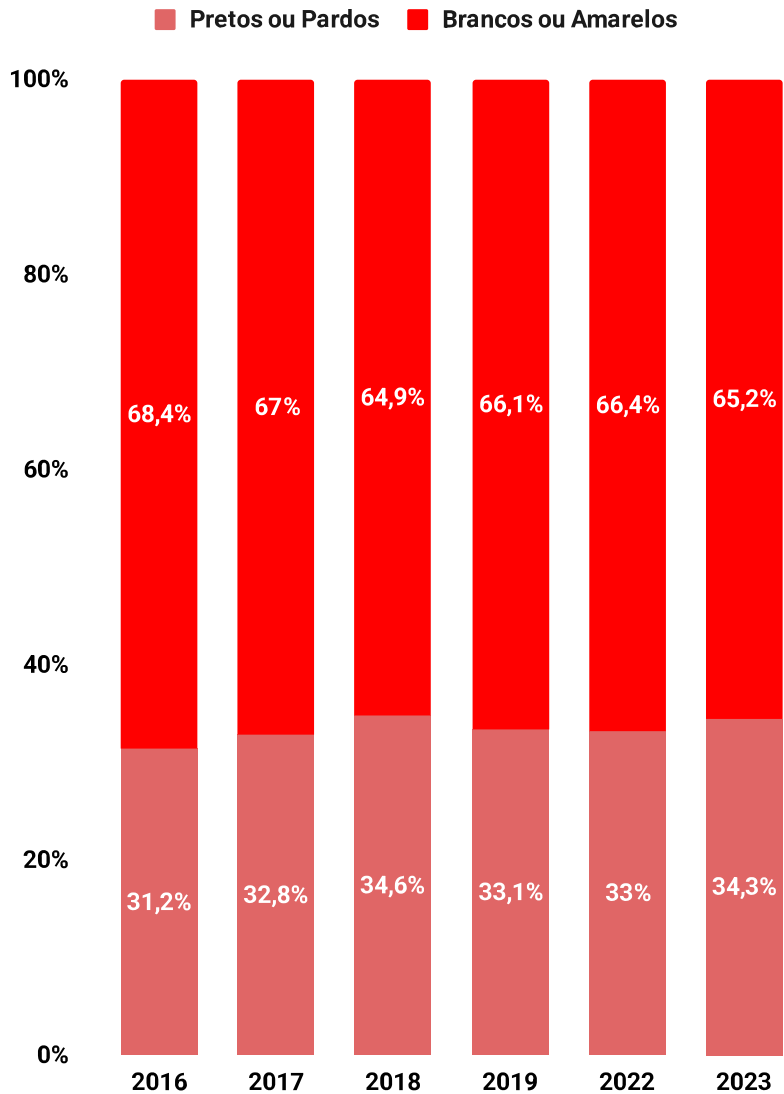
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Já quando se examina a distribuição segundo cor/raça do indivíduo, nota-se que, em todos os anos da série histórica, cerca de dois em cada três crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são pretos ou pardos (negros). Em 2016, eram 68,4%, e esse percentual caiu para 65,2% em 2023. Esse padrão reflete as desigualdades estruturais do Brasil, em que crianças negras e pardas enfrentam maior vulnerabilidade social, menor acesso a oportunidades e estão mais expostas a situações de trabalho precoce.

Por outro lado, houve um aumento, ao longo do período analisado, de crianças brancas ou amarelas: 31,2% em 2016 para 34,3% em 2023. Por fim, o percentual de crianças indígenas em trabalho infantil permanece baixo, variando entre 0,3% e 0,6% ao longo dos anos.



Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo cor/raça – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas ou autoconsumo) segundo cor/raça – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Cor/raça	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Brancos ou Amarelos	659.622	637.142	659.646	582.800	622.413	550.769
Pretos ou Pardos	1.444.254	1.304.328	1.236.674	1.162.131	1.250.826	1.046.937
Indígenas	6.404	3.898	8.863	13.143	11.456	9.228
Ignorado	1.491	0	0	0	0	0
Total	2.111.771	1.945.368	1.905.183	1.758.074	1.884.695	1.606.934

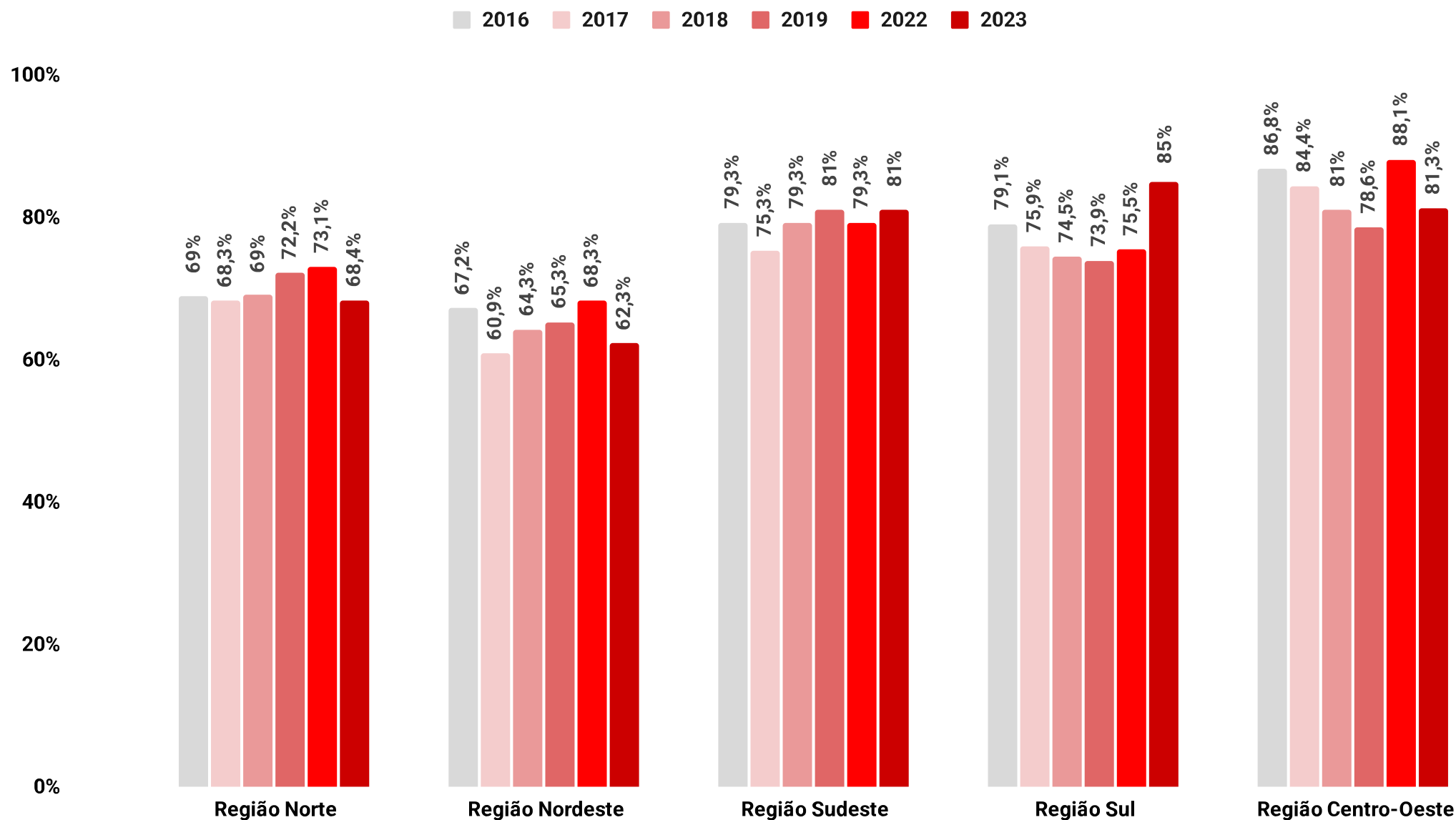
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes que realizaram apenas atividades econômicas

Assim como em nível nacional, as atividades econômicas representam a principal forma de trabalho infantil em todas as grandes regiões do Brasil. Em 2023, as regiões Sul (85%), Centro-Oeste (81,3%) e Sudeste (81%) registraram os maiores percentuais de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil voltado para atividades econômicas.

Por outro lado, as regiões Norte (68,4%) e Nordeste (62,3%) apresentaram menores proporções, o que sugere que, nessas áreas, uma parcela significativa das crianças e adolescentes está envolvida em atividades de autoconsumo, como agricultura familiar e pesca. A persistência elevada do trabalho infantil nas regiões economicamente mais desenvolvidas indica que esse fenômeno não se restringe à pobreza rural, mas também reflete a precarização do trabalho urbano.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) – Grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) – Brasil e grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023

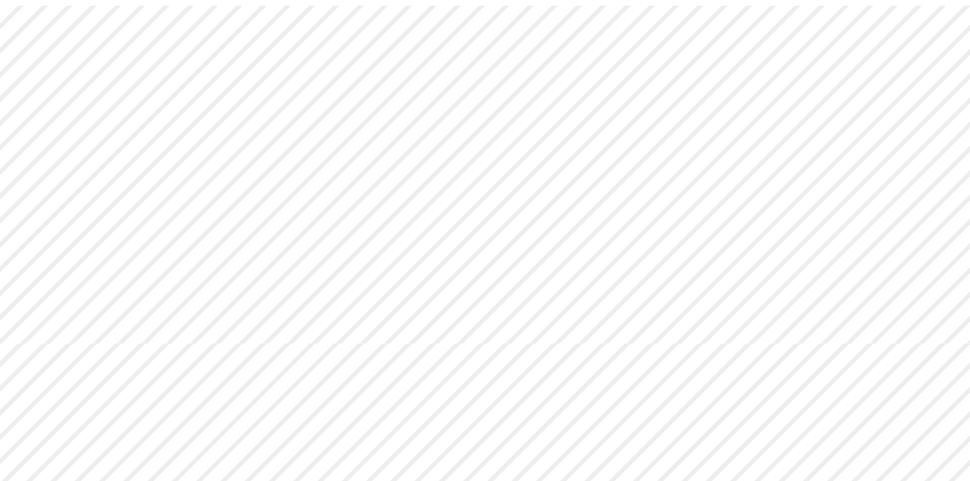
Localidade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Região Norte	232.739	217.263	194.823	166.381	218.705	195.114
Região Nordeste	508.738	392.738	377.165	361.839	391.209	315.029
Região Sudeste	462.839	418.721	476.804	470.188	459.964	386.746
Região Sul	230.165	211.585	208.622	181.889	204.663	163.874
Região Centro-Oeste	124.022	124.707	125.040	115.982	138.477	118.194
Brasil	1.558.498	1.365.014	1.382.459	1.296.279	1.413.017	1.178.957

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

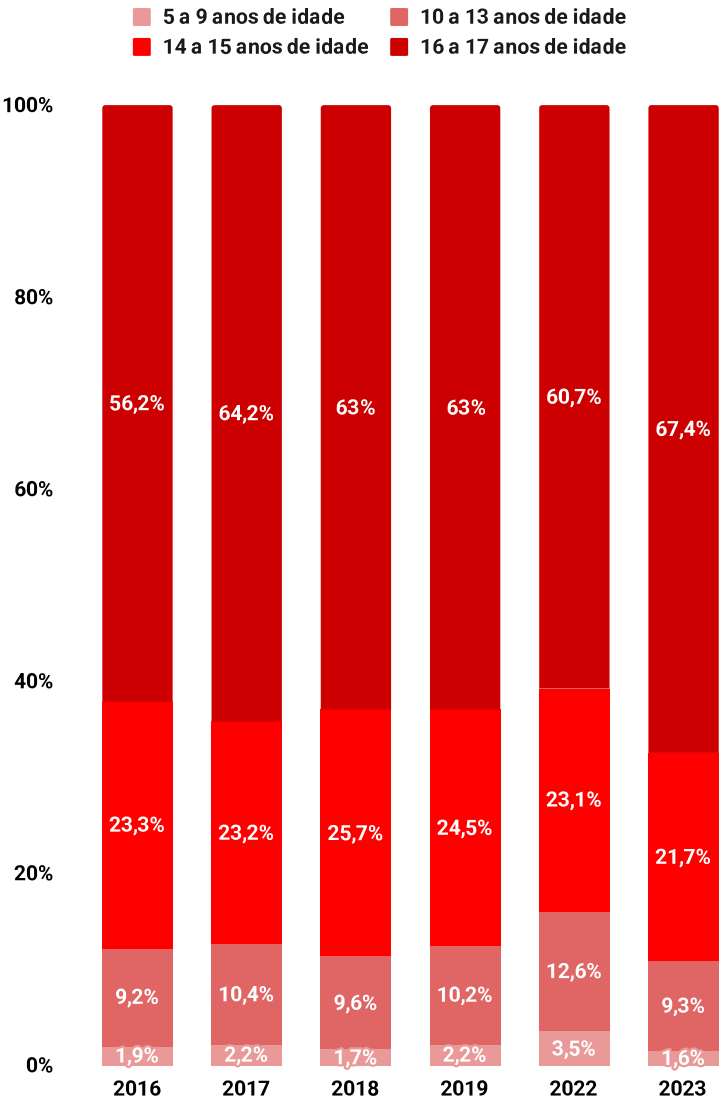
A distribuição da população de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil por grupo etário evidencia um padrão consistente de maior concentração entre adolescentes de 16 e 17 anos de idade. Esse grupo, ao longo de toda a série histórica, respondeu em média por cerca de dois terços do total, com participação mínima de 56,2% em 2016 e máxima de 67,4% em 2023, isto é, há uma tendência progressiva de aumento da participação de adolescentes mais próximos da transição para o mercado de trabalho formal ao longo dos últimos 7 anos de série histórica. Em relação a 2022, observa-se um aumento de 6,7 pontos percentuais na participação desse grupo etário, passando de 60,7% para 67,4%, o que representa o maior valor registrado na série.

As demais faixas etárias apresentaram redução na participação em 2023. A proporção de crianças de 5 a 9 anos caiu de 3,5% em 2022 para 1,6% em 2023, atingindo o menor percentual da série e representando menos da metade do valor registrado no ano anterior. A faixa de 10 a 13 anos de idade também teve redução, passando de 12,6% para 9,3%, uma queda de 3,3 pontos percentuais. Já o grupo de 14 a 15 anos diminuiu de 23,1% em 2022 para 21,7% em 2023, uma variação de 1,4 ponto percentual.

Em síntese, os dados sugerem que o trabalho infantil tende a se deslocar para os segmentos etários mais próximos da transição para o mercado formal de trabalho, fenômeno que se intensificou no último ano analisado.



Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupo etário	2016	2017	2018	2019	2022	2023
5 a 9 anos de idade	32.228	30.365	23.362	28.924	49.792	18.526
10 a 13 anos de idade	157.931	141.647	133.316	132.860	177.850	109.531
14 a 15 anos de idade	400.747	317.093	355.322	317.945	327.109	255.996
16 a 17 anos de idade	967.592	875.909	870.459	816.550	858.266	794.904
Total	1.558.498	1.365.014	1.382.459	1.296.279	1.413.017	1.178.957

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Já com relação ao grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho, nota-se que, no início da série, a atividade agrícola concentrava cerca de um quarto dos adolescentes em situação de trabalho infantil (24,9%). Desde então, esse percentual vem caindo progressivamente, alcançando 19,2% em 2023 – o que representa uma redução de 5,7 pontos percentuais no período e indica uma relativa perda de participação do setor rural, como atividade econômica, na configuração do trabalho infantil no Brasil.

Outro grupamento que apresentou redução foi o de Construção, cuja proporção caiu de 7,9% em 2022 para 5,6% em 2023. Embora o setor nunca tenha ocupado as primeiras posições, a retração de quase dois pontos percentuais em sete anos é relevante, sobretudo diante da estabilidade ou crescimento de outros grupamentos.

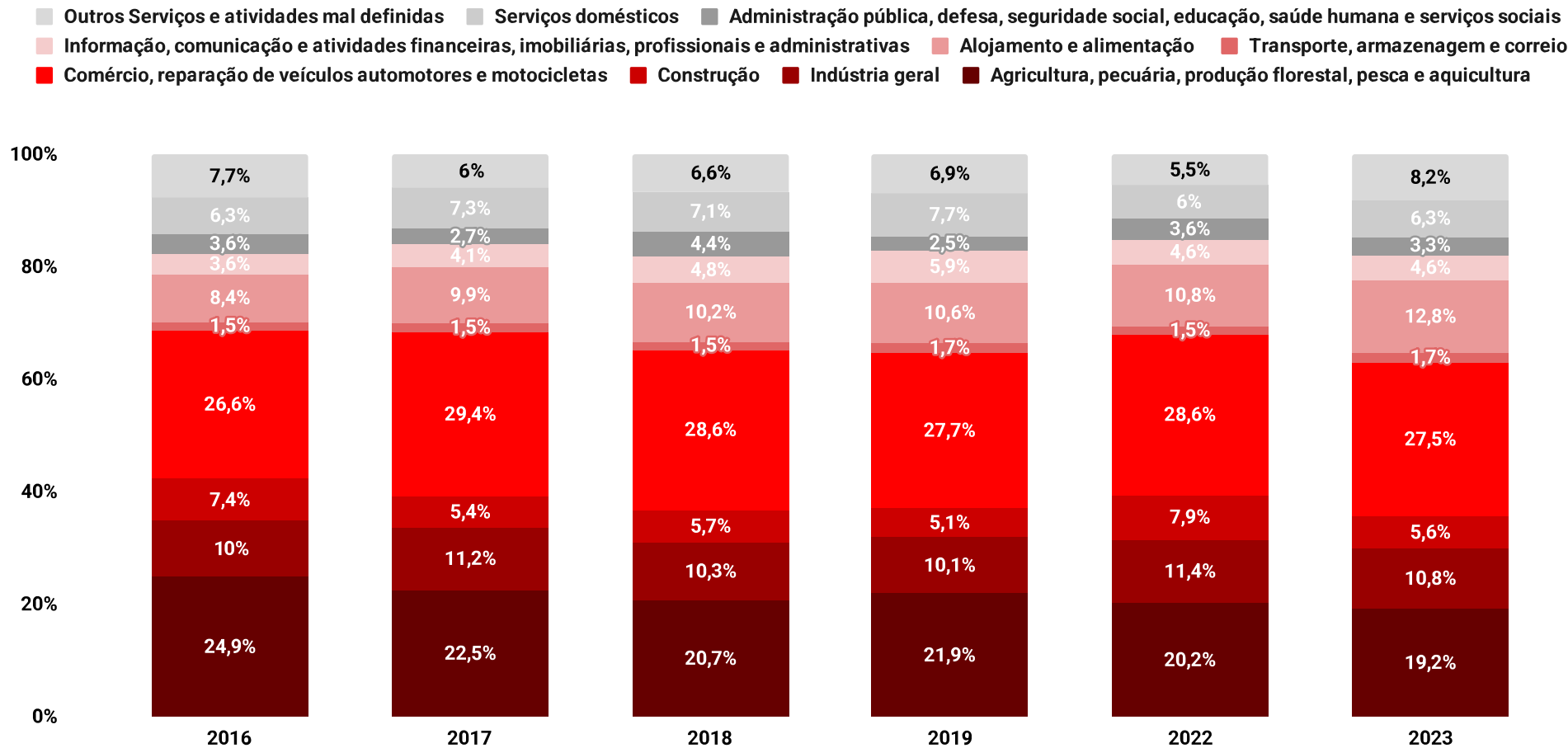
26

O Comércio, por sua vez, permaneceu como o principal destino dos adolescentes em situação de trabalho infantil ao longo da série, oscilando entre 26,6% e 29,4%. Em 2023, o setor respondeu por 27,5% dos casos, mantendo-se acima de um quarto do total, o que reforça seu caráter historicamente central no perfil ocupacional desses adolescentes. Contudo, houve uma retração de 1,2 ponto percentual em relação a 2022.

No setor de Alojamento e alimentação, observou-se crescimento expressivo. Em 2016, o grupamento absorvia 8,4% do total de adolescentes em situação de trabalho infantil, percentual que chegou a 12,8% em 2023, com destaque para o aumento entre 2022 e 2023, de 10,8% para 12,8%.

Já os grupamentos de Transporte, armazenamento e correio, e de Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais mantiveram-se relativamente estáveis ao longo da série. O primeiro oscilou entre 1,5% e 1,7%, e o segundo variou de 2,5% a 3,6%, não apresentando variações significativas de ano para ano.

Proporção da população de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupamento de atividade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	340.162	268.443	253.554	248.046	239.121	202.272
Indústria geral	136.613	133.782	126.639	114.529	135.069	113.539
Construção	101.415	63.873	70.276	57.721	93.243	59.328
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	363.403	350.784	350.038	314.394	339.286	289.404
Transporte, armazenagem e correio	20.097	18.179	18.494	19.803	17.844	18.342
Alojamento e alimentação	115.183	118.015	125.316	120.371	127.953	134.461
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	48.983	49.131	59.058	66.445	54.701	48.388
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	49.773	31.951	54.538	27.858	42.638	34.813
Serviços domésticos	86.884	87.135	86.678	87.195	71.130	66.605
Outros Serviços e atividades mal definidas	105.826	71.330	81.189	78.132	64.982	86.692
Total	1.368.339	1.192.623	1.225.780	1.134.494	1.185.967	1.053.844

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

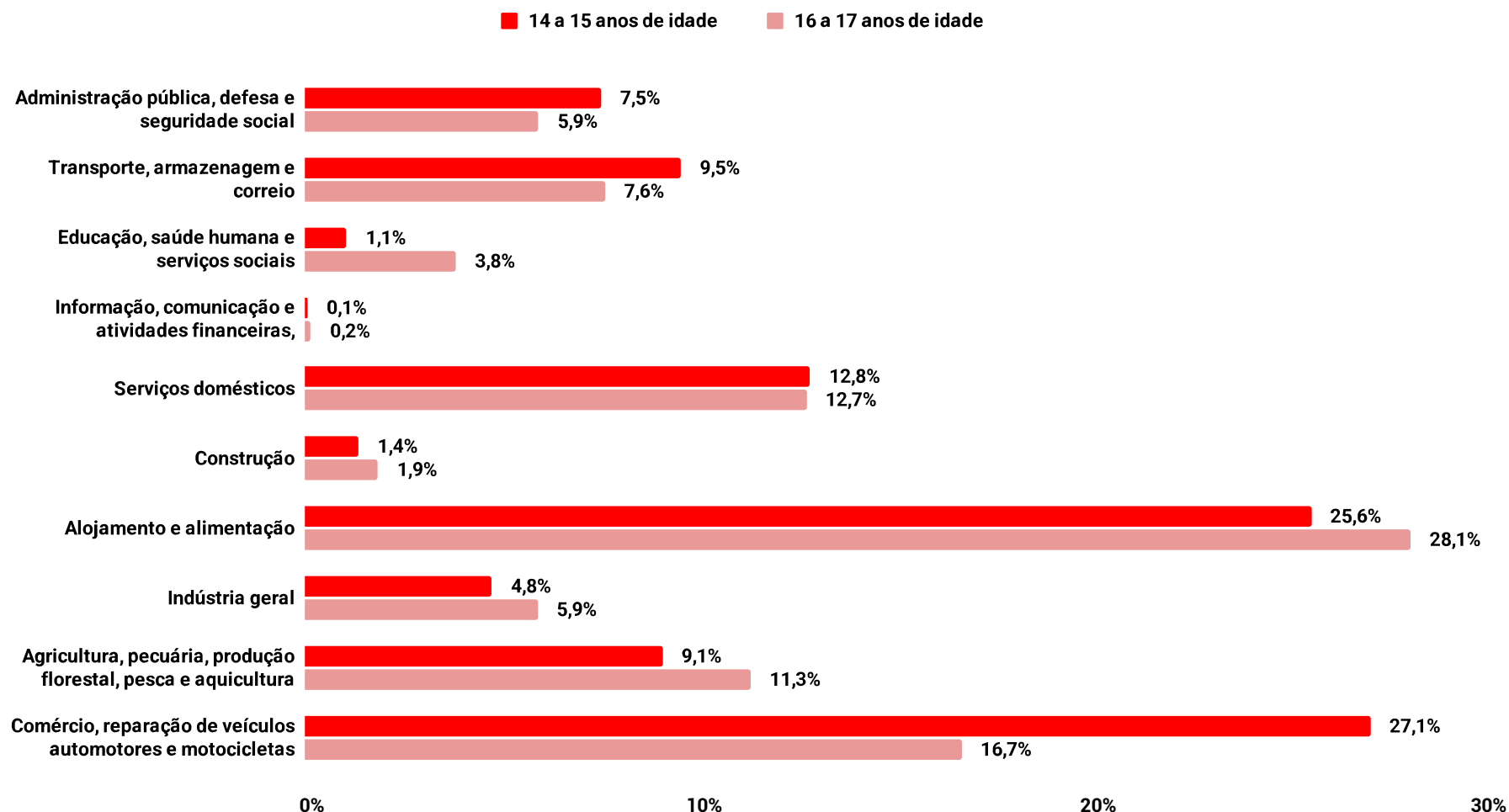
Entre os adolescentes de 14 a 15 anos de idade, o setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas é o principal destino, concentrando 27,1% dos indivíduos nessa condição. Em seguida, destaca-se o setor de alojamento e alimentação, responsável por 25,6% dos adolescentes nessa faixa, o que indica que esses dois setores agrupam mais da metade dos adolescentes desta faixa etária.

Já entre os adolescentes de 16 a 17 anos de idade, a maior concentração foi no setor de alojamento e alimentação (28,1%), que supera o comércio (16,7%), setor tradicionalmente associado ao trabalho infantil urbano. Esse resultado chama atenção porque reforça a importância crescente desse segmento de serviços — especialmente informais — como espaço de ocupação para adolescentes mais velhos, possivelmente em razão da facilidade de acesso e da flexibilidade nas jornadas.

O setor de serviços domésticos apresentou proporções semelhantes entre os dois grupos etários (12,8% para 14 a 15 anos e 12,7% para 16 a 17 anos), demonstrando-se como um espaço recorrente de trabalho para adolescentes, independentemente da idade. Outro ponto de destaque é o grupamento de transporte, armazenagem e correio, que absorve 9,5% dos adolescentes de 14 a 15 anos e 7,6% dos de 16 a 17 anos. Por sua vez, a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura ocupa 9,1% dos adolescentes de 14 a 15 anos e 11,3% dos de 16 a 17 anos.

Os demais grupamentos apresentam proporções menores, com destaque para a indústria geral (4,8% entre 14 a 15 anos e 5,9% entre 16 a 17 anos) e educação, saúde humana e serviços sociais, cuja participação mais do que triplica entre os mais velhos (de 1,1% para 3,8%).

Proporção da população de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupo etário e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupo etário e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023

Grupamento de atividades	14 a 15 anos de idade	16 a 17 anos de idade	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	69.261	133.011	202.272
Indústria geral	23.242	90.297	113.539
Construção	12.162	47.166	59.328
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	65.411	223.993	289.404
Transporte, armazenagem e correio	3.493	14.849	18.342
Alojamento e alimentação	32.840	101.621	134.461
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.978	45.410	48.388
Administração pública, defesa e seguridade social	185	1.272	1.457
Educação, saúde humana e serviços sociais	2.730	30.626	33.356
Outros Serviços	24.436	60.842	85.278
Serviços domésticos	19.256	47.349	66.605
Atividades mal definidas	0	1.414	1.414
Total	255.994	797.850	1.053.844

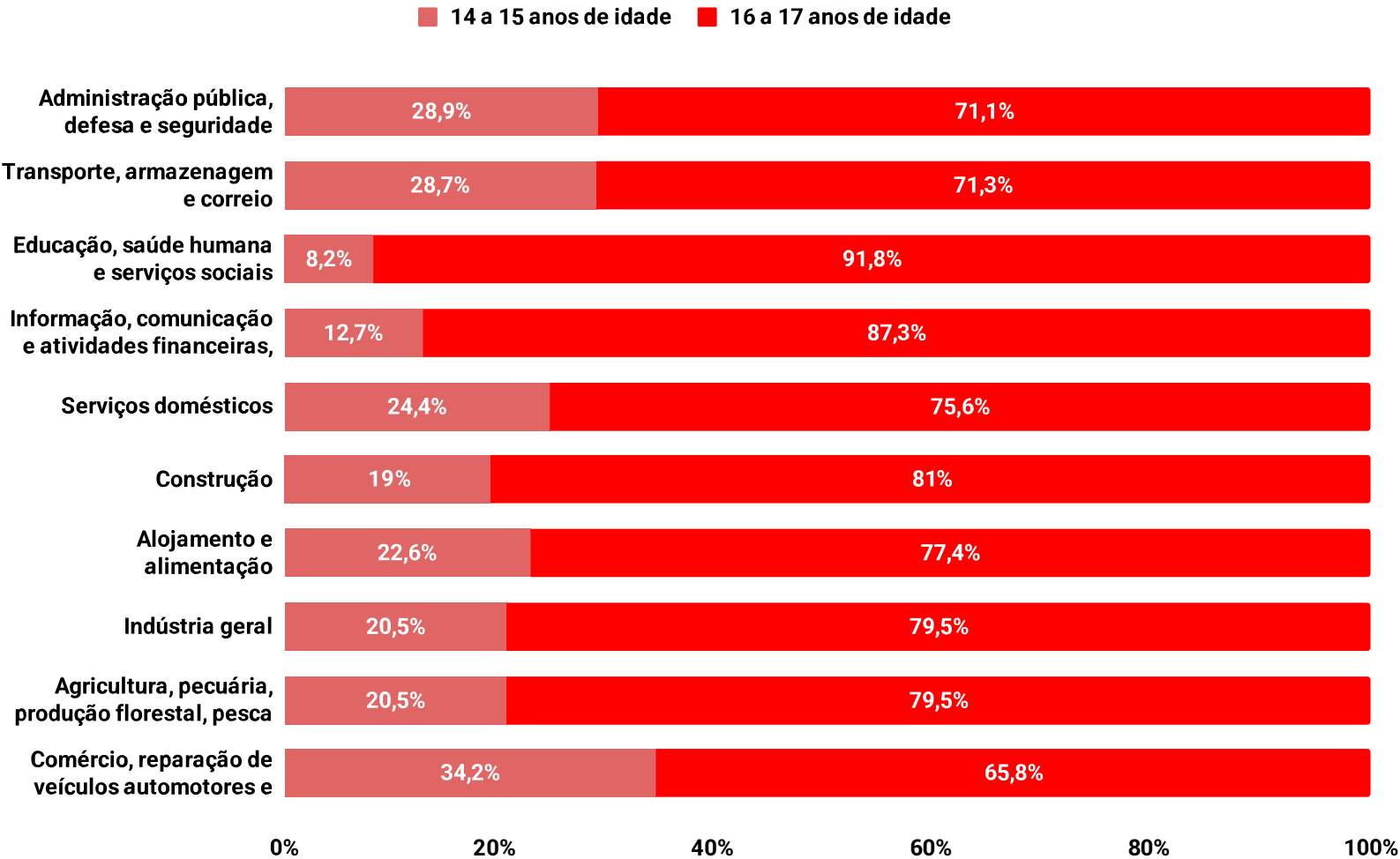
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Como era esperado, observa-se que a maioria dos adolescentes em situação de trabalho infantil que realizaram apenas atividades econômicas está na faixa de 16 a 17 anos. Essa predominância se reproduz em todos os grupamentos de atividades, embora com diferentes intensidades.

“Educação, saúde humana e serviços sociais” (91,8%) apresentou, em 2023, alta proporção de jovens mais velhos, o que pode indicar atividades que exigem maior maturidade ou algum grau de escolaridade. Por outro lado, grupamentos como “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” (34,2%) e “Transporte, armazenagem e correio” (28,7%) registram participações relativamente mais altas dos mais jovens. Nos setores de agricultura, indústria e construção, a distribuição etária segue mais próxima da média geral, com cerca de 20% de adolescentes entre 14 e 15 anos.



Distribuição percentual da população de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo grupo etário e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023



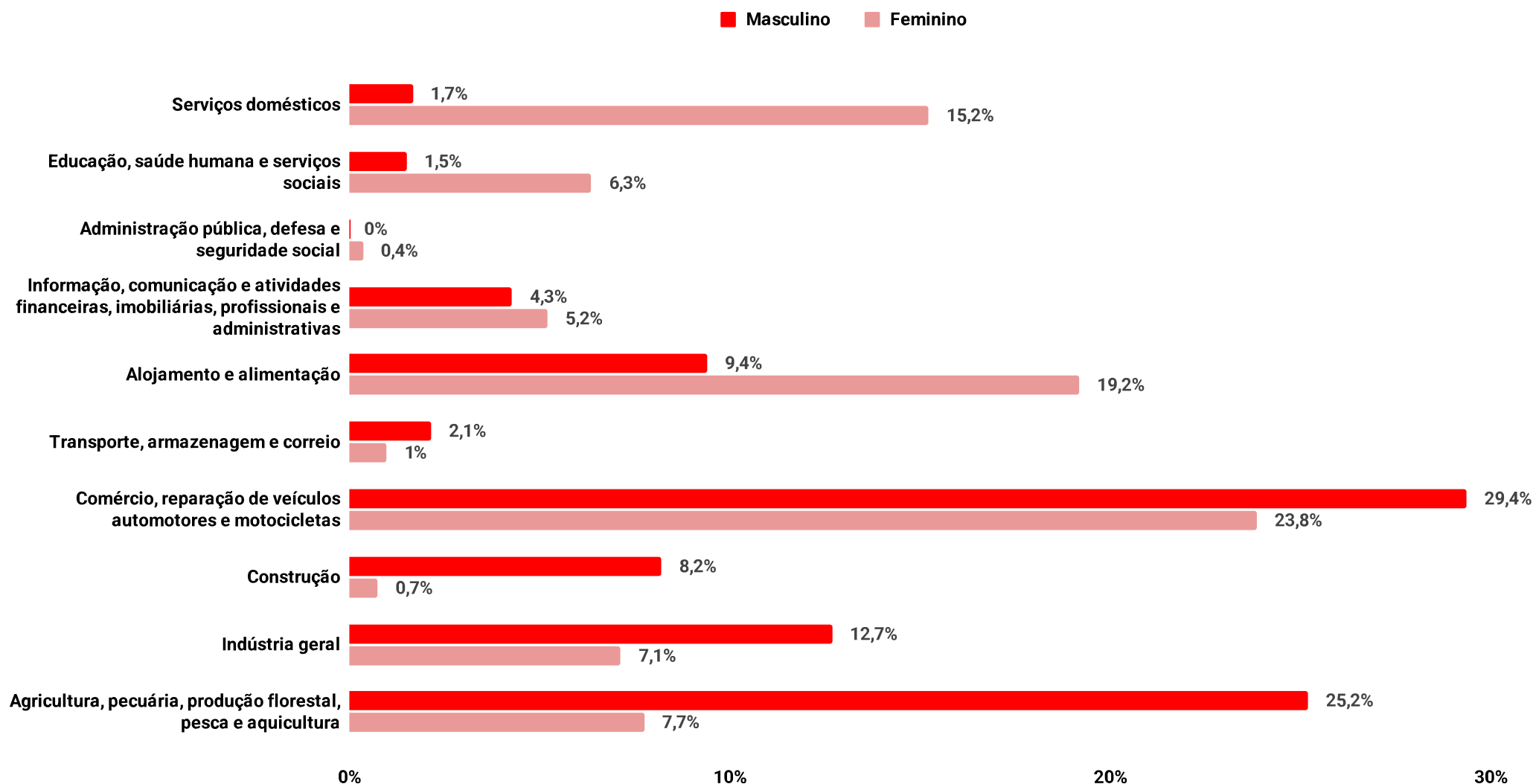
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Considerando, desta vez, o cruzamento entre as variáveis sexo e grupamento de atividade principal do trabalho exercido na semana de referência, percebe-se uma clara segmentação de gênero no mercado de trabalho infantil, com uma distribuição desigual nos diferentes setores de atividade.

Mais da metade dos adolescentes do sexo masculino concentra-se em apenas dois setores: comércio (29,4%) e agricultura, pecuária e atividades relacionadas (25,2%). A indústria geral (12,7%) e a construção (8,2%) também são setores que absorvem proporções significativas de adolescentes do sexo masculino, o que indica a exposição a ambientes potencialmente mais pesados ou com maior exigência física.

Entre os indivíduos do sexo feminino, o comércio também aparece como o setor com maior participação (23,8%), o que indica um ponto de convergência entre os sexos. No entanto, chama atenção a forte presença feminina no setor de alojamento e alimentação (19,2%) e em serviços domésticos (15,2%), áreas tradicionalmente associadas ao trabalho feminino.

Proporção da população de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo sexo e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo sexo e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023

Grupamento de atividades	Masculino	Feminino	Total
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	174.206	28.066	202.272
Indústria geral	87.698	25.842	113.540
Construção	56.660	2.669	59.329
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	203.015	86.390	289.405
Transporte, armazenagem e correio	14.800	3.543	18.343
Alojamento e alimentação	64.977	69.484	134.461
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	29.536	18.853	48.389
Administração pública, defesa e seguridade social	185	1.272	1.457
Educação, saúde humana e serviços sociais	10.358	22.998	33.356
Outros serviços	37.226	48.053	85.279
Serviços domésticos	11.466	55.140	66.606
Atividades mal definidas	1.414	0	1.414
Total	691.541	362.310	1.053.851

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Com relação à distribuição segundo sexo por cada grupamento de atividade, nota-se, de forma geral, uma predominância de adolescentes do sexo masculino na maioria dos setores de atividade. Em média, 65,6% dos

adolescentes em situação de trabalho infantil são meninos, enquanto 34,4% são meninas, indicando uma diferença de mais de 30 pontos percentuais entre os sexos.

Essa diferença é ainda mais acentuada em setores específicos. O setor de construção é o mais masculino de todos, com 95,5%; na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, 86,1% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são meninos; outros setores como indústria geral (77,2%) e transporte, armazenagem e correio (80,7%) também apresentam composições amplamente masculinas.

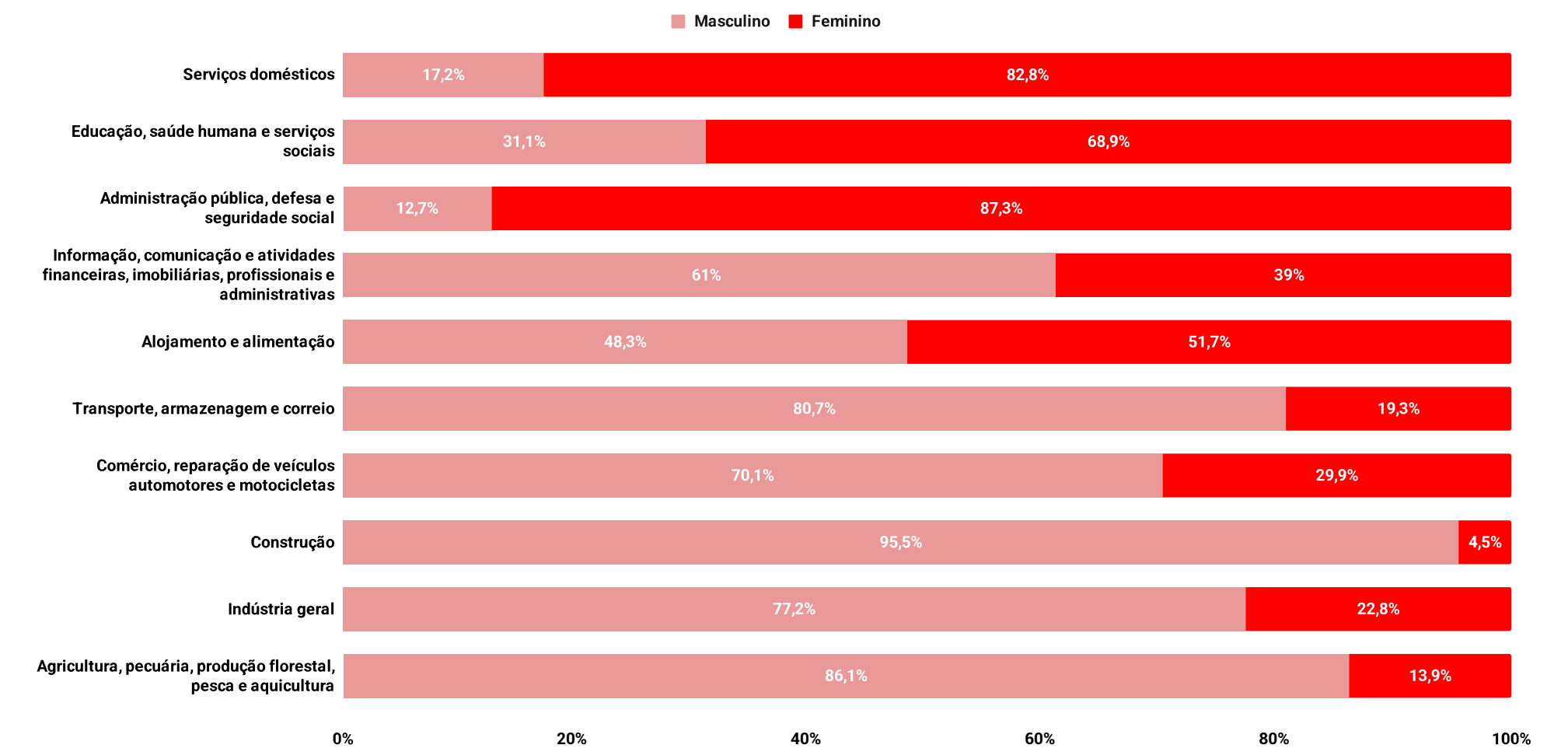
Por outro lado, alguns grupamentos se destacam pela forte presença feminina. A administração pública, defesa e seguridade social registra 87,3% de participação feminina; serviços domésticos também são majoritariamente femininos (82,8%), um dado que revela a permanência de padrões históricos de inserção de mulheres em atividades de cuidado e trabalho doméstico, muitas vezes em condições de vulnerabilidade. Além disso, no setor de educação, saúde humana e serviços sociais, as meninas representam 68,9% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, confirmando a tendência de associação feminina a funções relacionadas ao cuidado.

Vale ressaltar que o único grupamento com distribuição equilibrada entre os sexos é o de alojamento e alimentação, onde a proporção de adolescentes é praticamente dividida, com ligeira maioria feminina (51,7%).

A análise deste aspecto ressalta que o trabalho infantil no Brasil, além de persistente, reproduz as desigualdades de gênero observadas no mercado

de trabalho adulto, com meninos ocupando majoritariamente atividades físicas e externas, e meninas concentradas em atividades de cuidado, serviços e funções administrativas.

Distribuição percentual da população de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades econômicas) segundo sexo e grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes que realizaram apenas atividades para autoconsumo

Esta seção analisará a participação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em atividades de trabalho infantil voltadas para o autoconsumo — ou seja, a produção de bens e serviços destinados exclusivamente ao uso dos próprios moradores do domicílio ou de parentes. Embora muitas vezes invisibilizado, esse tipo de trabalho revela importantes aspectos das condições socioeconômicas das famílias brasileiras, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o fenômeno se mostra mais concentrado.

De forma geral, observa-se que as regiões Norte e Nordeste consistentemente concentram a maior proporção de crianças e adolescentes envolvidos nessas atividades, o que reforça a persistente desigualdade regional em relação ao trabalho infantil no país. Em 2023, somadas, essas duas regiões responderam por cerca de 69% do total, evidenciando que mais de dois terços das crianças e adolescentes em atividades para consumo próprio se encontram nesses espaços, em linha com padrões históricos.

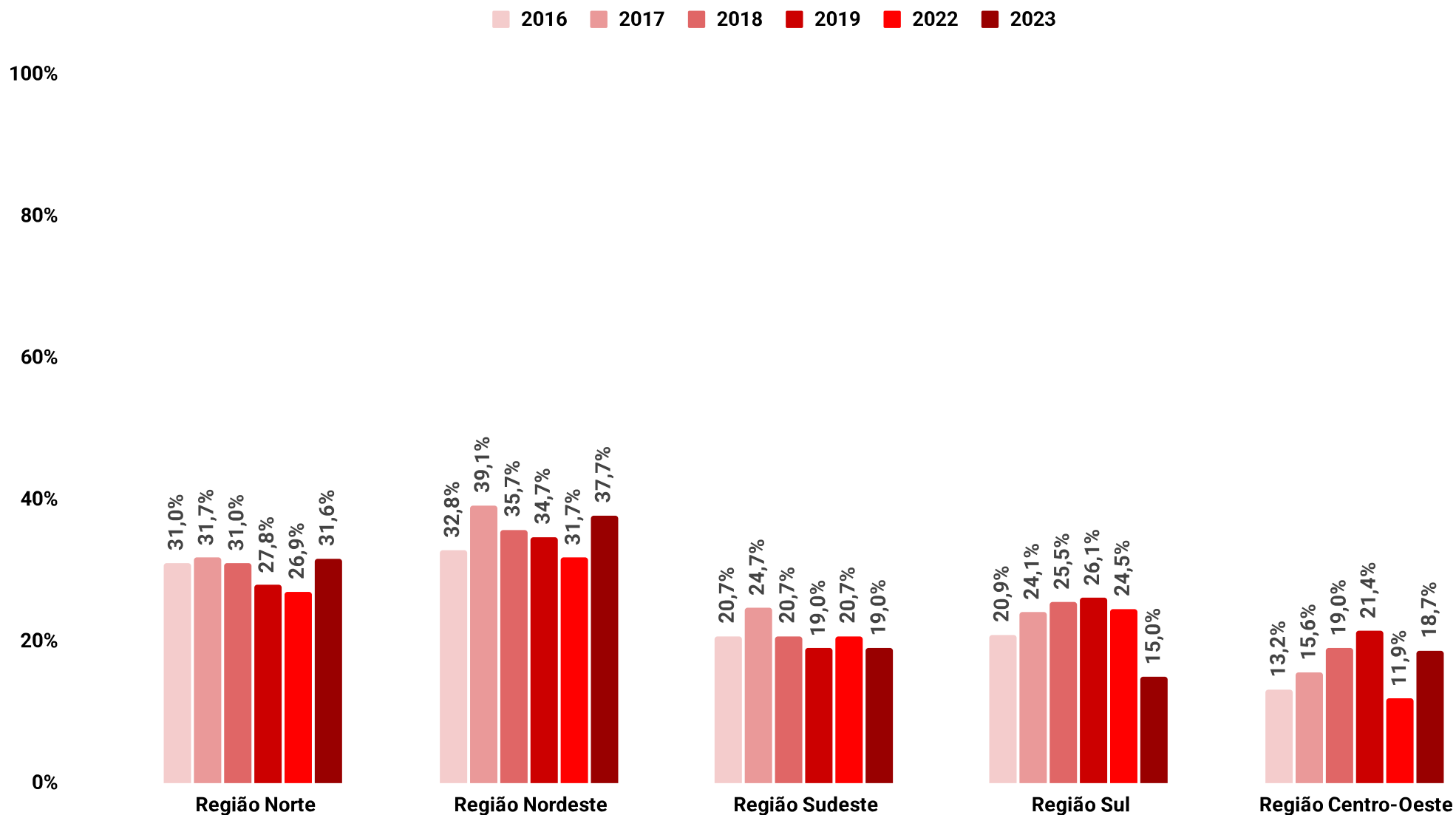
Ao longo da série histórica, nota-se alguma estabilidade nas proporções da Região Norte, com variações modestas — partindo de 31,0% em 2016 e chegando a 31,6% em 2023. Já o Nordeste apresenta um comportamento mais oscilante: após alcançar um pico de 39,1% em 2017, reduziu-se gradualmente até 2022 (31,7%), mas voltou a crescer expressivamente em 2023, atingindo 37,7%.

As regiões Sudeste e Sul mantiveram-se com participações bastante inferiores às do Norte e Nordeste, girando entre 15% e 25% ao longo da série. Em 2023, ambas atingiram seus menores patamares: 19% para o Sudeste e 15% para o Sul. Isso reforça a tendência de que o autoconsumo como forma de trabalho infantil é menos prevalente nas regiões mais urbanizadas e industrializadas do país. Já a Região Centro-Oeste, embora tenha registrado variações ao longo dos anos, manteve uma participação intermediária, oscilando entre 11,9% e 21,4%, e fechou 2023 com 18,7%, o que representa uma recuperação em relação ao ano anterior.

Focando especificamente na variação entre 2022 e 2023, verifica-se que a maior alta proporcional foi registrada na Região Nordeste (crescimento de 6 pontos percentuais), seguida pela Região Norte (4,7 pontos percentuais) e pelo Centro-Oeste (6,8 pontos percentuais). Em contrapartida, as Regiões Sudeste e Sul apresentaram quedas, indicando um movimento de intensificação das desigualdades regionais no que se refere ao trabalho infantil em autoconsumo.



Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) – Grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo grandes regiões – Brasil e grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Localidade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Região Norte	104.512	100.877	87.339	64.163	80.684	90.244
Região Nordeste	248.141	252.362	209.745	192.028	181.918	190.865
Região Sudeste	120.954	137.083	124.643	109.933	120.268	90.828
Região Sul	60.814	67.028	71.387	64.083	66.515	28.862
Região Centro-Oeste	18.847	23.000	29.352	31.589	18.646	27.182
Brasil	553.273	580.360	522.472	461.798	468.032	427.981

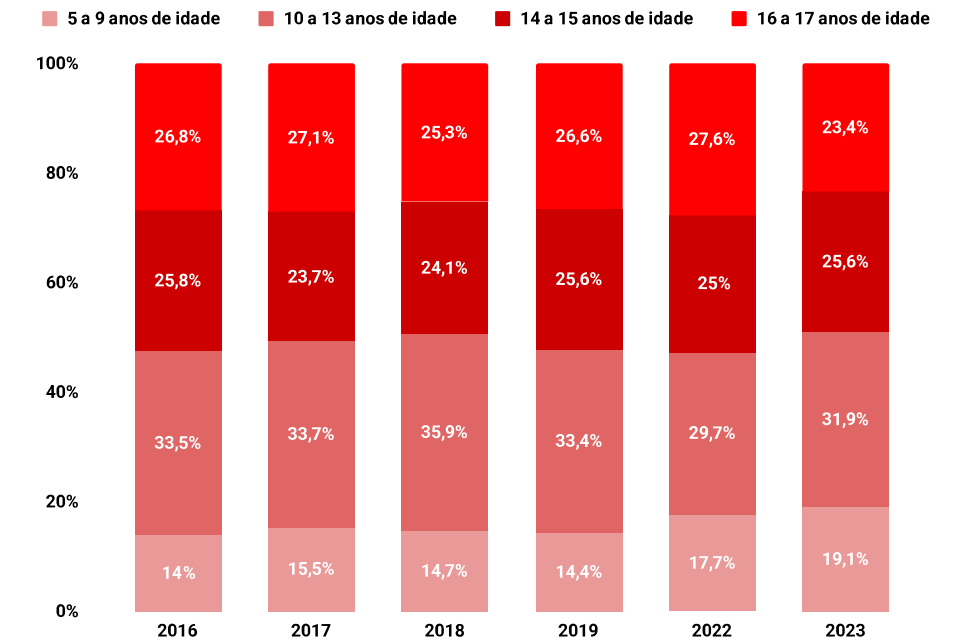
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Diferentemente do perfil observado entre aqueles envolvidos em atividades econômicas, onde predominam adolescentes mais velhos (especialmente entre 16 e 17 anos), no autoconsumo a distribuição entre os grupos etários é mais equilibrada. O grupo de 10 a 13 anos de idade, por exemplo, responde de maneira consistente por cerca de um terço do total ao longo da série histórica, oscilando de 29,7% em 2022 para 31,9% em 2023, sugerindo uma ligeira recuperação após uma queda no ano anterior.

Já o grupo de 5 a 9 anos, que tradicionalmente representa a menor parcela, vem crescendo de maneira sistemática nos últimos anos, passando de 14% em 2016 para 19,1% em 2023 – uma alta significativa e que chama atenção, considerando a maior vulnerabilidade associada às faixas etárias mais precoces. Entre os adolescentes de 14 a 15 anos, a participação permaneceu bastante estável, girando em torno de 24% a 26%, com pouca variação

ao longo do período analisado. Por outro lado, observa-se uma tendência de declínio entre os adolescentes de 16 a 17 anos, cuja proporção caiu de 26,8% em 2016 para 23,4% em 2023, consolidando a inversão do padrão mais tradicionalmente associado ao trabalho infantil econômico. Esses resultados reforçam que, no autoconsumo, o fenômeno do trabalho infantil é mais disperso entre as idades, com uma participação crescente das crianças mais novas.

Distribuição percentual da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupo etário	2016	2017	2018	2019	2022	2023
5 a 9 anos de idade	77.405	89.847	77.034	66.387	82.848	81.566
10 a 13 anos de idade	185.177	195.814	187.509	154.343	138.777	136.720
14 a 15 anos de idade	142.689	137.269	125.863	118.397	117.031	109.664
16 a 17 anos de idade	148.002	157.430	132.066	122.671	129.376	100.031
Total	553.273	580.360	522.472	461.798	468.032	427.981
Brasil	553.273	580.360	522.472	461.798	468.032	427.981

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Ao longo de toda a série histórica, o cultivo, pesca, caça ou criação de animais para alimentação dos moradores do domicílio ou de parente aparece consistentemente como a atividade de autoconsumo mais comum entre crianças e adolescentes, representando 68,4% dos casos em 2016 e alcançando 76,5% em 2023. Nota-se um crescimento quase contínuo dessa atividade ao longo dos anos, com pequenas variações, como a estabilidade entre 2019 (75,3%) e 2022 (75%), antes de voltar a subir em 2023.

Em contrapartida, a produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, ervas, areia, argila ou outro material destinado ao próprio uso apresenta trajetória decrescente, partindo de 25,1% em 2016 para 16,5% em 2023. A queda é mais acentuada nos primeiros anos da série,

especialmente entre 2016 e 2018, quando essa atividade passou de 25,1% para 18,1%, e se estabilizou em torno de 16,5% a partir de 2019.

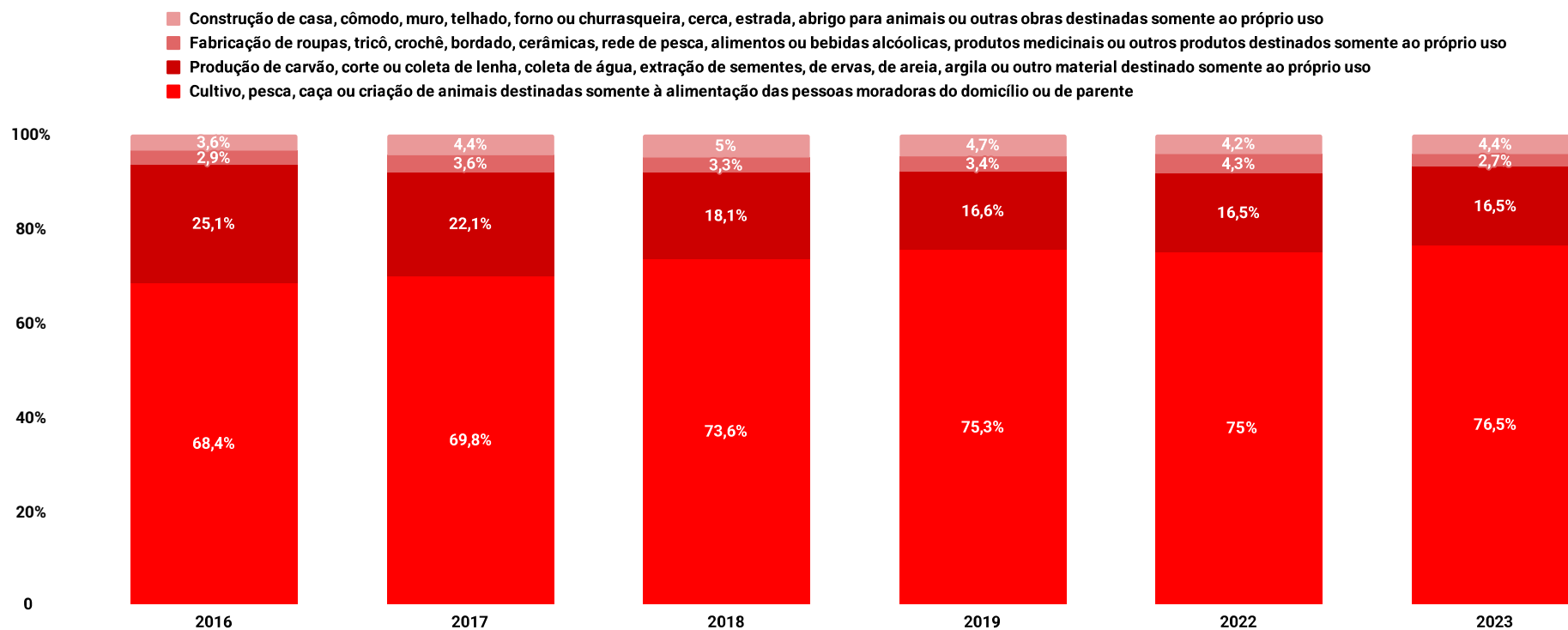
A fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados somente ao próprio uso, apesar de representar um percentual menor do total, manteve-se relativamente estável, oscilando de 2,9% em 2016 para 2,7% em 2023. A atividade apresentou ligeiro crescimento entre 2017 e 2019, chegando a 3,4%, e pequeno aumento em 2022, com 4,3%, mas retornou a 2,7% no último ano.

Por fim, as atividades relacionadas à construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras destinadas ao próprio uso tiveram um comportamento levemente instável, partindo de 3,6% em 2016, atingindo um pico de 5% em 2018 e depois oscilando até chegar a 4,4% em 2023. Apesar de modestas, essas variações indicam certa permanência dessa atividade como uma prática complementar relevante no universo do trabalho infantil para autoconsumo.

De maneira geral, isso evidencia a centralidade da atividade de cultivo e criação de animais na configuração do trabalho infantil para autoconsumo no Brasil, que além de concentrar a maior proporção de casos ao longo de toda a série histórica, ampliou sua participação no total das atividades de autoconsumo entre 2016 e 2023. Em contrapartida, a coleta de materiais e insumos naturais apresentou retração significativa, enquanto as atividades de fabricação e construção mantiveram-se estáveis, com pequenas oscilações, sempre representando proporções inferiores a 5%, sugerindo que,

embora o trabalho infantil para consumo próprio no país esteja presente em diversas atividades, ele se concentra cada vez mais naquelas vinculadas à subsistência alimentar direta das famílias e comunidades.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo grupamento de atividades destinadas ao próprio uso, de moradores do domicílio ou de parente — Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo grupamento de atividades destinadas ao próprio uso, de moradores do domicílio ou de parente – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupamento de atividades destinadas ao próprio consumo	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação das pessoas moradoras do domicílio ou de parente	554.907	537.307	513.132	461.307	478.642	423.820
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material destinado somente ao próprio uso	203.926	169.808	126.477	101.956	104.987	91.205
Fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados somente ao próprio uso	23.419	28.056	23.294	20.659	27.448	15.080
Construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras destinadas somente ao próprio uso	29.354	34.151	34.613	28.508	26.773	24.143
Total	811.606	769.322	697.516	612.430	637.850	554.248

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Por fim, o gráfico a seguir demonstra a composição de cada grupamento de atividade para consumo próprio segundo sexo do indivíduo. De modo geral, há uma nítida divisão sexual do trabalho infantil nessas ocupações, com forte concentração de meninos em atividades consideradas fisicamente mais exigentes e de caráter produtivo externo, enquanto as meninas predominam em atividades de caráter artesanal e doméstico.

Nas atividades de cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação, os indivíduos do sexo masculino representam 63,5% da força de trabalho infantil, enquanto os do sexo feminino correspondem a 36,5%. A diferença expressiva revela a centralidade do trabalho masculino nas atividades agropecuárias de subsistência, historicamente associadas a tarefas masculinas no meio rural ou em contextos de autoconsumo.

A disparidade de gênero se acentua ainda mais na produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material destinado ao próprio uso, em que 71,2% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são meninos e apenas 28,8% são meninas.

No extremo oposto, a fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos destinados ao próprio uso apresenta uma inversão dessa lógica, com predominância feminina: 71,2% das crianças e adolescentes que realizam essa atividade são meninas, contra 28,8% de meninos. Essa composição revela a persistência de papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres desde a infância, vinculados ao trabalho manual, doméstico e

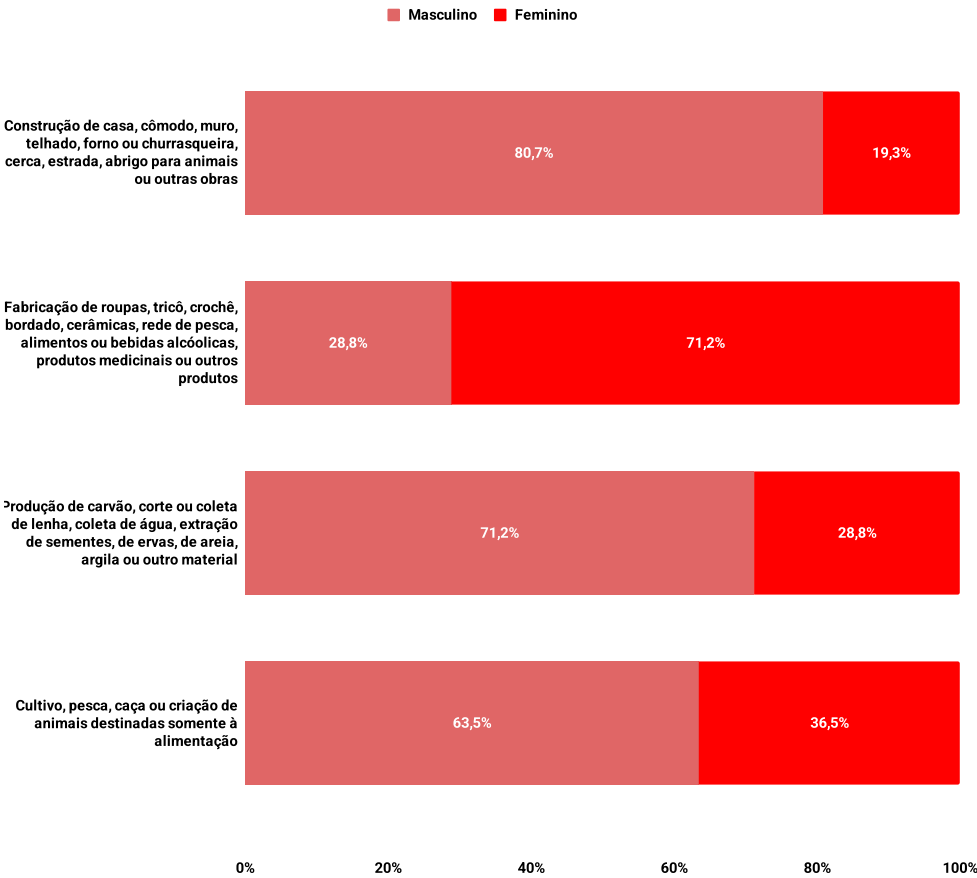
artesanal, realizado majoritariamente no interior do domicílio ou em suas imediações.

Por fim, a construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras destinadas ao próprio uso concentra a maior desigualdade de gênero registrada entre todos os grupamentos analisados. Os meninos respondem por 80,7% das crianças e adolescentes envolvidos, enquanto as meninas representam apenas 19,3%. Esse dado revela como se consolidou a percepção social que associa atividades de construção, no ambiente familiar, prioritariamente aos meninos, por exigirem força física e envolvimento com técnicas e ferramentas.

De modo geral, o total das atividades de autoconsumo também revela essa predominância masculina: 64,5% das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, em atividades para consumo próprio, são meninos, enquanto as meninas representam 35,5%.



Distribuição da população de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (atividades para autoconsumo) segundo sexo e tipos de atividades – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil
(atividades para autoconsumo) segundo sexo e tipos de atividades —
Brasil, 2023

Grupamento de atividades	Masculino	Feminino	Total
Cultivo, pesca, caça ou criação de animais destinadas somente à alimentação	268.923	154.896	423.819
Produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material	64.921	26.286	91.207
Fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcoólicas, produtos medicinais ou outros produtos	4.341	10.738	15.079
Construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras	19.492	4.650	24.142
Total	357.677	196.570	554.247

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Crianças e adolescentes que realizaram atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil

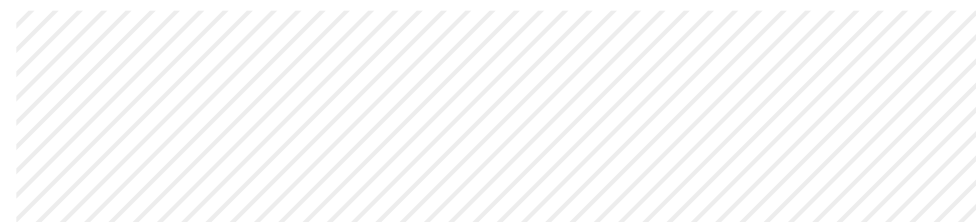
A presente seção apresenta informações sobre a proporção de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade que, na semana de referência, realizaram atividades classificadas na Lista TIP — a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, estabelecida pelo Decreto nº 6.481/2008. Essa lista compreende atividades que, por sua natureza, condições ou circunstâncias, são consideradas prejudiciais à saúde, segurança e moralidade de crianças e adolescentes, sendo proibidas para menores de 18 anos em qualquer situação.

Em 2023, as Regiões Norte (42,3%) e Sul (43,3%) destacaram-se como aquelas com as maiores proporções de crianças e adolescentes envolvidos nessas atividades, enquanto a Região Nordeste registrou a menor proporção (32,4%).

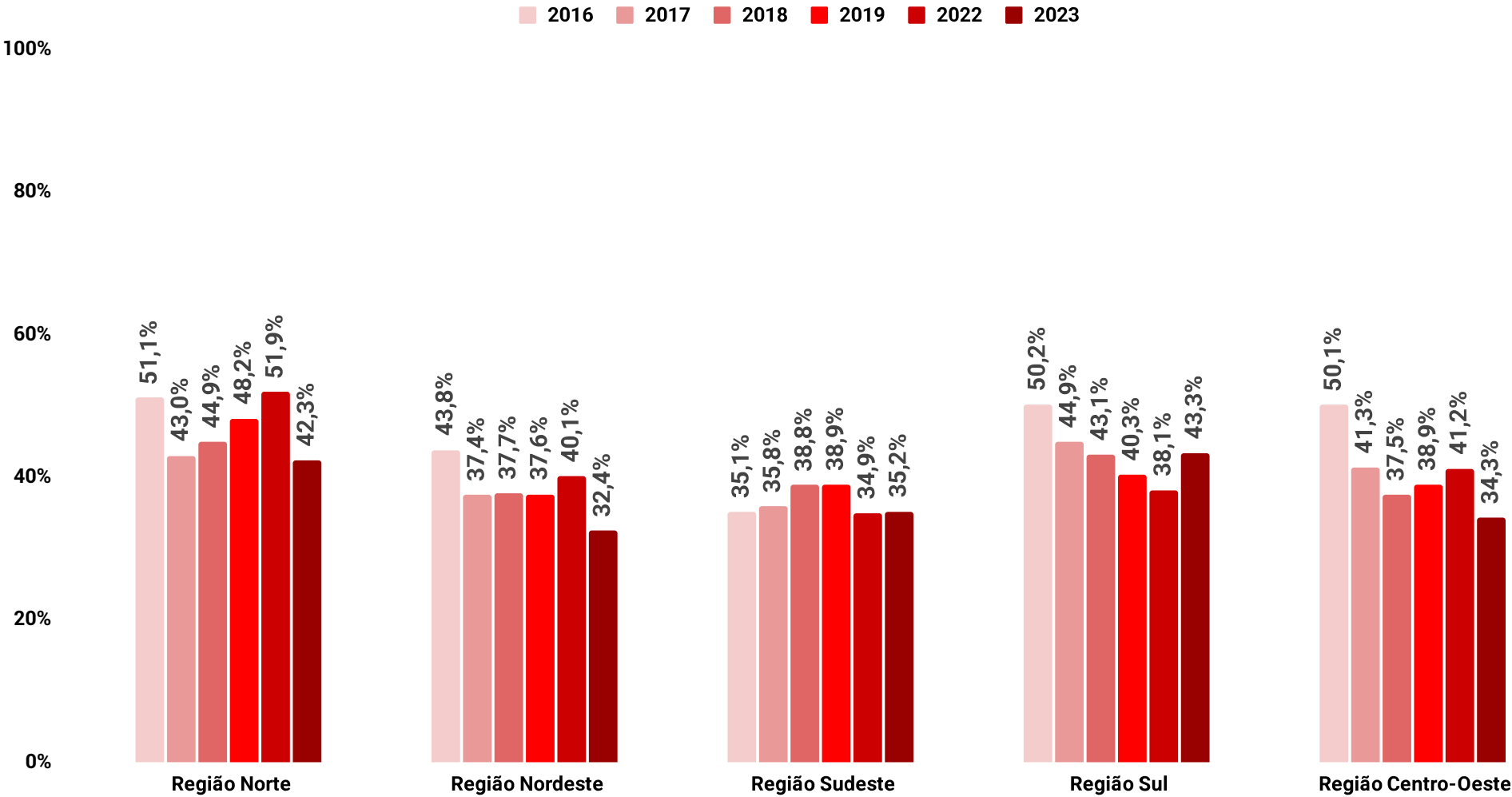
Ao observar o comportamento da série histórica, nota-se que todas as regiões experimentaram oscilações significativas entre 2016 e 2023. Em 2016, as Regiões Norte (51,1%), Sul (50,2%) e Centro-Oeste (50,1%) apresentavam as maiores proporções de crianças e adolescentes em atividades da Lista TIP. Desde então, houve queda progressiva em quase todas as regiões até 2019, seguida de novas oscilações nos dados mais recentes de 2022 e 2023.

Entre 2022 e 2023, algumas tendências merecem destaque. A Região Norte, que havia registrado a maior proporção em 2022 (51,9%), apresentou uma expressiva queda de 9,6 pontos percentuais, alcançando 42,3% em 2023 — um dos recuos mais intensos do período. Na contramão, a Região Sul, que vinha em trajetória de queda desde 2016, apresentou alta de 5,2 pontos percentuais, passando de 38,1% para 43,3%, tornando-se a região com a maior proporção em 2023.

A Região Nordeste manteve-se com a menor incidência de trabalho infantil em atividades da Lista TIP ao longo da série e seguiu essa tendência em 2023, com 32,4%, uma queda de 7,7 pontos percentuais em relação a 2022 (40,1%). As Regiões Sudeste e Centro-Oeste exibiram oscilações menos acentuadas. A Sudeste variou de 34,9% para 35,2%, mantendo-se relativamente estável, enquanto a Centro-Oeste caiu de 41,2% para 34,3%, um recuo de 6,9 pontos percentuais.



Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil – Grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil – Brasil e grandes regiões, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Localidade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Região Norte	172.299	136.793	126.637	111.061	155.407	120.729
Região Nordeste	331.563	241.551	221.194	208.213	229.646	163.985
Região Sudeste	204.779	199.152	233.351	225.672	202.544	167.981
Região Sul	146.054	125.083	120.705	99.070	103.445	83.506
Região Centro-Oeste	71.599	60.989	57.864	57.421	64.657	49.792
Brasil	926.294	763.577	759.750	701.444	755.701	585.993

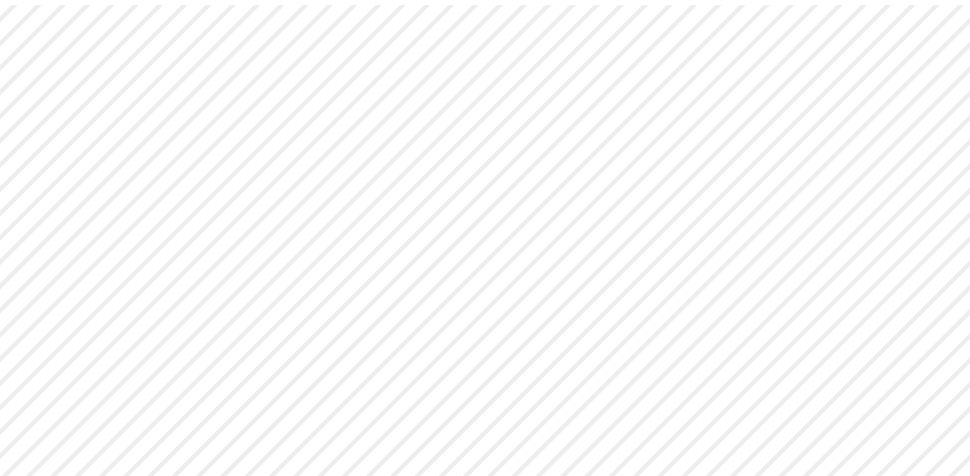
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Assim como nos anos anteriores, em 2023 o maior percentual de crianças e adolescentes em atividades da Lista TIP concentrava-se no grupo de 16 a 17 anos de idade, que respondeu por 59,5% do total. Esse valor representa uma alta de 4,2 pontos percentuais em relação a 2022 (55,3%), aproximando-se novamente dos patamares observados entre 2016 e 2019, período em que os percentuais variaram entre 58,2% e 59,7%.

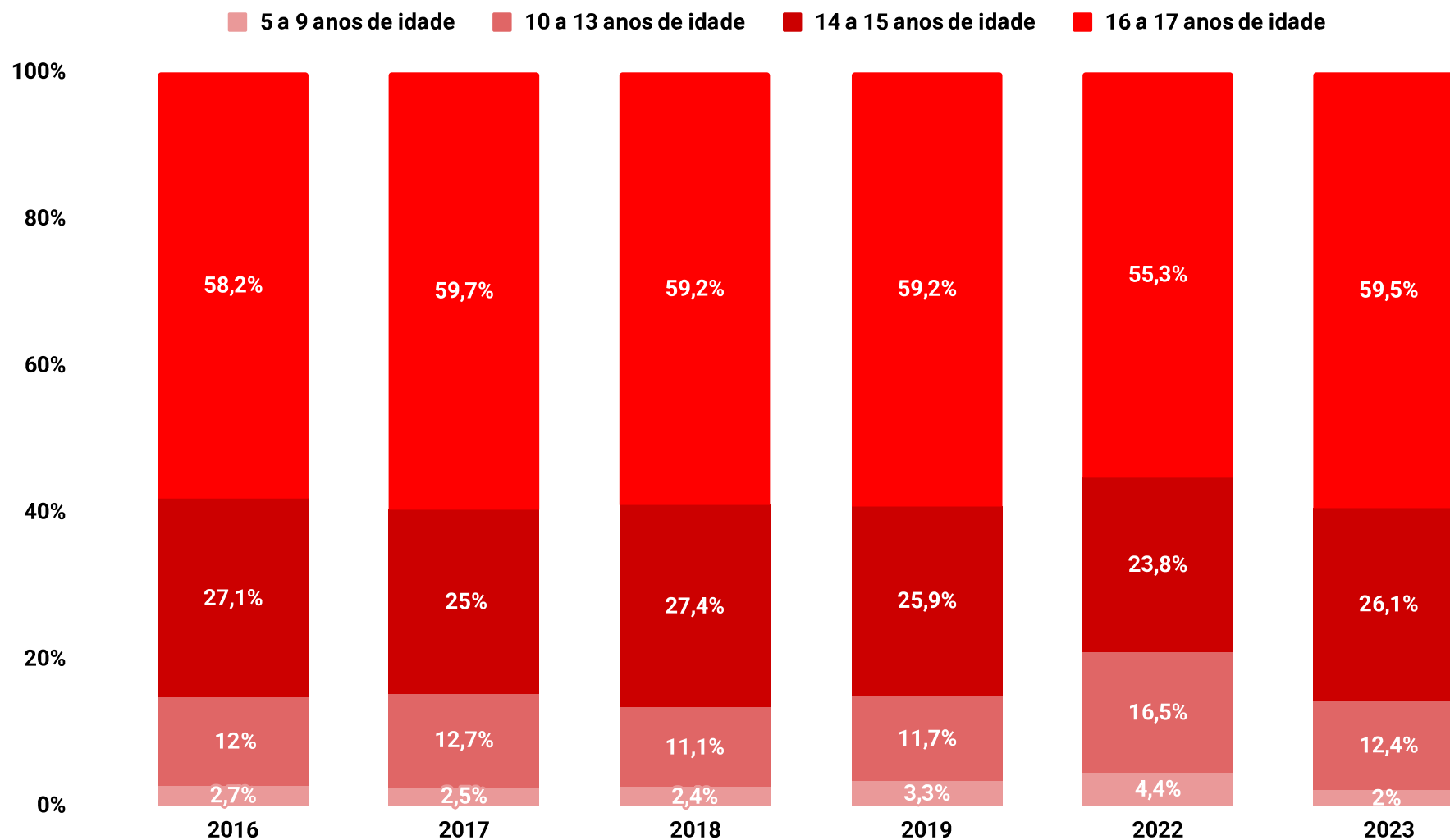
O grupo de 14 a 15 anos de idade manteve-se como o segundo mais representativo, com 26,1% em 2023, um leve crescimento de 2,3 pontos percentuais em relação a 2022 (23,8%), também dentro da faixa histórica registrada entre 2016 e 2019, quando os percentuais oscilaram de 25,0% a 27,4%.

Já o grupo de 10 a 13 anos, que havia apresentado forte elevação em 2022 (16,5%) – seu maior valor da série histórica –, registrou queda expressiva de 4,1 pontos percentuais em 2023, retornando a 12,4%, patamar semelhante ao observado em 2016 (12,0%) e 2017 (12,7%). Essa redução interrompe a tendência de crescimento identificada em 2022, o que sugere possível efeito pontual ou ajuste na dinâmica do trabalho infantil nessa faixa etária.

Por fim, o grupo de 5 a 9 anos de idade, que sempre apresentou os menores percentuais na série, também registrou queda importante entre 2022 e 2023, passando de 4,4% para 2,0% – o menor valor da série histórica, abaixo inclusive dos percentuais registrados entre 2016 e 2019, que oscilaram de 2,4% a 3,3%.



Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil segundo grupo etário — Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupo etário	2016	2017	2018	2019	2022	2023
5 a 9 anos de idade	25.167	19.405	18.275	23.037	33.462	11.681
10 a 13 anos de idade	111.087	97.281	84.005	81.859	124.588	72.417
14 a 15 anos de idade	250.904	190.662	207.996	181.448	179.709	153.063
16 a 17 anos de idade	539.136	456.229	449.474	415.100	417.942	348.832
Total	926.294	763.577	759.750	701.444	755.701	585.993

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

O gráfico a seguir apresenta a distribuição percentual dessa população segundo cargo ou função de ocupação e grupo etário, considerando as dez ocupações mais representativas em 2023. Observa-se que entre as crianças de 5 a 9 anos, predominam amplamente as ocupações vinculadas ao setor primário. Os trabalhadores elementares da agricultura representam 41,7% dessa faixa etária, seguidos pelos trabalhadores elementares da pecuária (28,2%). Juntas, essas duas ocupações concentram praticamente 70% das crianças em trabalho infantil classificado na Lista TIP, evidenciando o peso do meio rural para os mais novos. Outras ocupações aparecem de forma bastante residual, com destaque relativo para criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado (6,5%) e carregadores (3,8%).

Na faixa de 10 a 13 anos, a concentração nas ocupações rurais se mantém, mas com uma leve diversificação. Os trabalhadores elementares da pecuária lideram com 28,4%, seguidos por trabalhadores elementares da agricultura (17%) e carregadores (11%). Outras ocupações importantes nessa faixa etária são trabalhadores dos serviços domésticos em geral (7,6%) e cuidadores de crianças (4,3%). Nota-se aqui uma ampliação da presença de atividades urbanas.

Para os adolescentes de 14 a 15 anos, o cenário mostra maior diversificação. Embora os agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (13%) e trabalhadores elementares da agricultura (12,9%) representem o maior percentual – representando cerca de um em cada quatro dentre essa faixa etária –, a participação dessas ocupações diminui em relação às faixas mais jovens.

Outras ocupações ganham relevância, como cuidadores de criança (8,9%), trabalhadores elementares da pecuária (7,7%) e trabalhadores elementares da construção de edifícios (7,5%). Nesse grupo, nota-se um deslocamento gradual para atividades que exigem mais força física ou conhecimentos técnicos, além de ocupações urbanas.

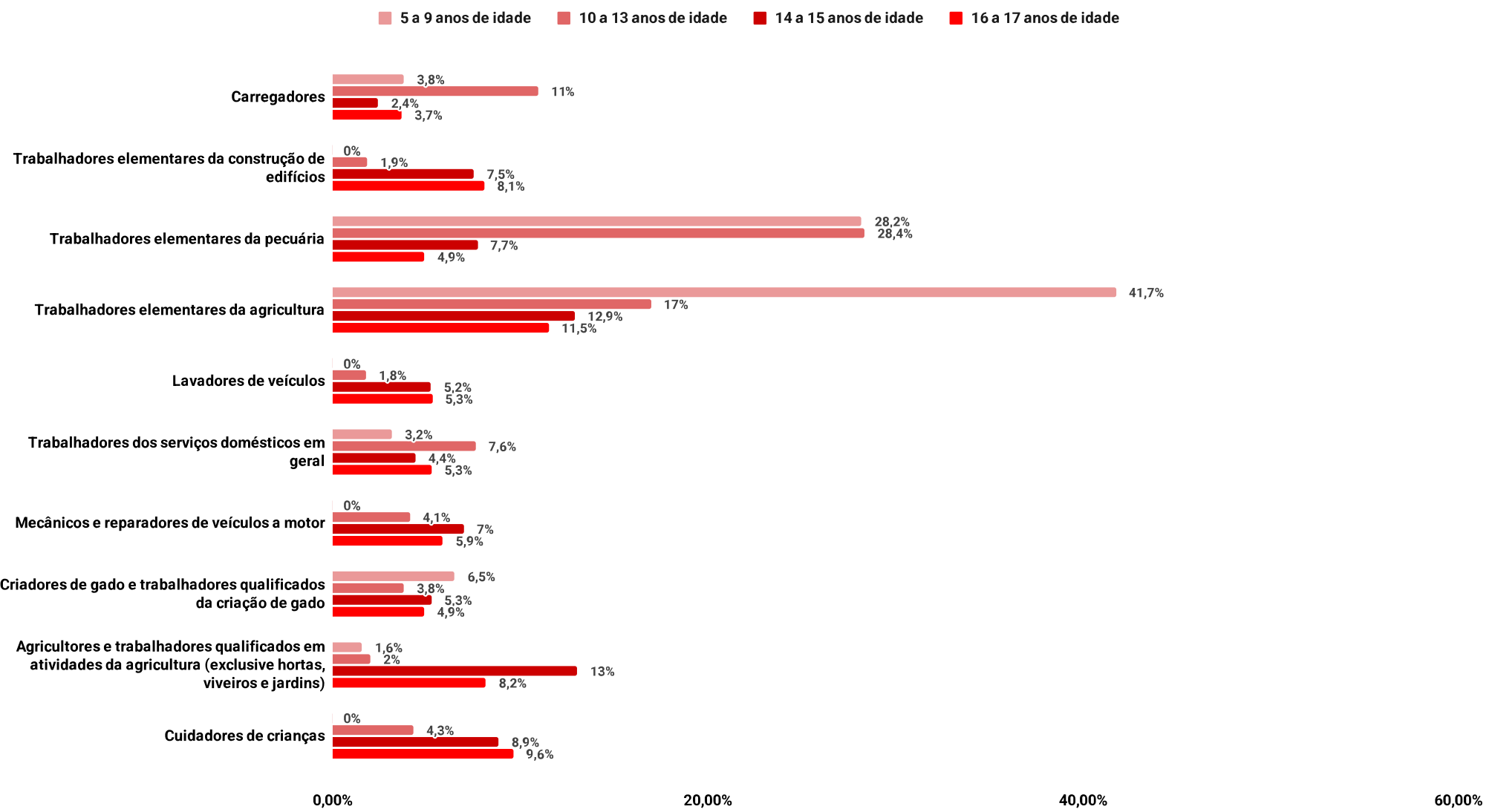
Entre os adolescentes de 16 a 17 anos, há uma maior pulverização das ocupações. Os trabalhadores elementares da agricultura seguem com o maior percentual (11,5%), cuidadores de crianças (9,6%), e agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura, com 8,2%. Juntas, estas três ocupações representam quase um terço dos adolescentes deste grupo etário (29,3%).

50

No cômputo geral da população de 5 a 17 anos, as ocupações com maior proporção são trabalhadores elementares da agricultura (13,2%), trabalhadores elementares da pecuária (9%), agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (8,6%) e cuidadores de crianças (8,6%). As demais ocupações apresentam percentuais próximos ou abaixo de 6%, reforçando o predomínio das atividades agrícolas e de pecuária no conjunto das piores formas de trabalho infantil no Brasil em 2023.

Deste modo, nota-se uma forte presença das atividades rurais na ocupação de crianças e adolescentes em situações de trabalho infantil tipificadas pela Lista TIP, sobretudo entre os mais jovens. À medida que aumenta a faixa etária, cresce a diversificação ocupacional e a entrada em atividades urbanas como serviços domésticos, mecânica, lavagem de veículos e cuidados pessoais. Ainda assim, mesmo entre os adolescentes mais velhos, as ocupações ligadas à agricultura e pecuária seguem entre as mais representativas.

Proporção da população de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil segundo cargo ou função de ocupação e grupo etário – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

População de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil segundo cargo ou função de ocupação e grupo etário – Brasil, 2023

Cargo ou função de ocupação	5 a 9 anos de idade	10 a 13 anos de idade	14 a 15 anos de idade	16 a 17 anos de idade	Total
Cuidadores de crianças	0	3.119	13.551	33.588	50.258
Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (exclusive hortas, viveiros e jardins)	183	1.459	19.966	28.510	50.118
Criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado	760	2.755	8.060	17.002	28.577
Mecânicos e reparadores de veículos a motor	0	2.978	10.710	20.492	34.180
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	370	5.521	6.747	18.398	31.036
Lavadores de veículos	0	1.285	8.027	18.530	27.842
Trabalhadores elementares da agricultura	4.876	12.284	19.748	40.165	77.073
Trabalhadores elementares da pecuária	3.294	20.531	11.816	17.062	52.703
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	0	1.345	11.539	28.190	41.074
Carregadores	445	7.937	3.722	12.859	24.963
Outras ocupações elementares não classificadas anteriormente	0	0	2.644	18.801	21.445
Total	11.681	72.418	153.060	348.833	585.992

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Diferentemente da análise anterior que indicava a proporção que cada ocupação representa dentro do grupo etário, o gráfico a seguir demonstra a

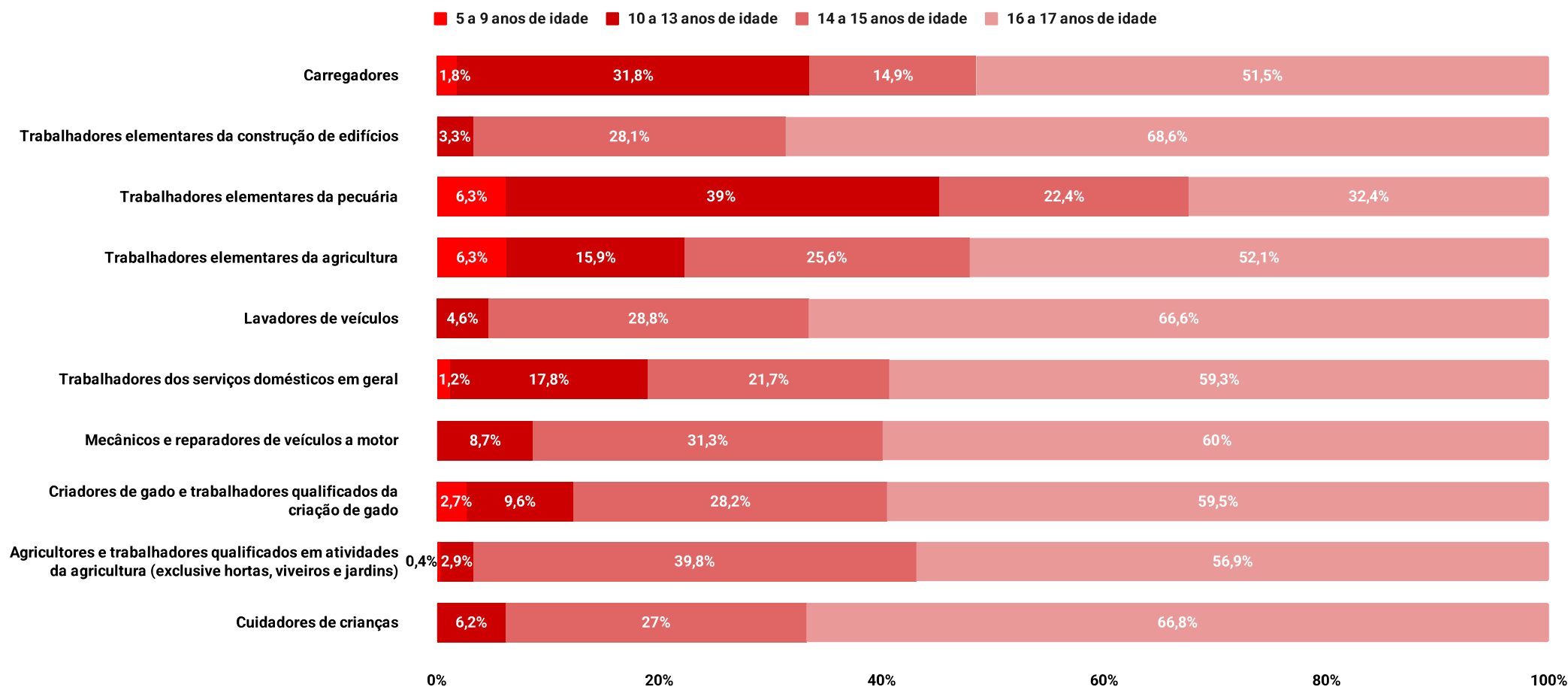
distribuição do grupo etário dentro de cada ocupação – ou seja, qual a faixa etária predominante em cada atividade.

O dado mais expressivo é a forte concentração de adolescentes de 16 a 17 anos em praticamente todas as ocupações analisadas. Em oito das dez ocupações, essa faixa etária responde por mais da metade dos adolescentes em situação de trabalho: trabalhadores elementares da construção de edifícios (68,6%), lavadores de veículos (66,6%), cuidadores de crianças (66,8%) e mecânicos e reparadores de veículos a motor (60%). Já ocupações como criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado, carregadores e trabalhadores dos serviços domésticos em geral também apresentam percentuais superiores a 59%.

A exceção é a ocupação de trabalhadores elementares da agricultura, onde os adolescentes de 16 a 17 anos representam 52,1% – ainda a maioria, mas com maior presença relativa de faixas etárias mais jovens.

Já as crianças de 5 a 9 anos apresentam participação muito baixa em todas as ocupações, ficando abaixo de 7% em todos os casos. A maior presença relativa nesse grupo ocorre entre os trabalhadores elementares da pecuária e trabalhadores elementares da agricultura, ambos com 6,3%. A faixa de 10 a 13 anos também tem participação significativa, especialmente entre trabalhadores elementares da pecuária (39%) e carregadores (31,8%), que juntos concentram mais de dois terços dos indivíduos deste grupo etário. Por fim, mais de 70% dos indivíduos de 14 a 15 anos estão concentrados entre agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (39,8%) e mecânicos e reparadores de veículos a motor (31,3%).

Distribuição da população de 5 a 17 anos de idade em atividades previstas na Lista TIP das piores formas de trabalho infantil segundo cargo ou função de ocupação e grupo etário – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Com a caracterização etária e ocupacional da população em situação de trabalho infantil mapeada, o próximo capítulo aprofundará as condições de trabalho enfrentadas por essas crianças e adolescentes. Serão analisados indicadores como: (1) média de horas habitualmente trabalhadas por semana e (2) rendimento mensal habitual. Esses dados são fundamentais para compreender não apenas quem são e onde estão essas crianças e adolescentes, mas também em que condições trabalham, oferecendo subsídios importantes para a compreensão do fenômeno.

A stylized orange silhouette of a person walking, carrying a large, rounded object (like a basket or a heavy bag) on their back. The person is in profile, facing left, with their right leg forward in a walking motion. The background is a solid red color.

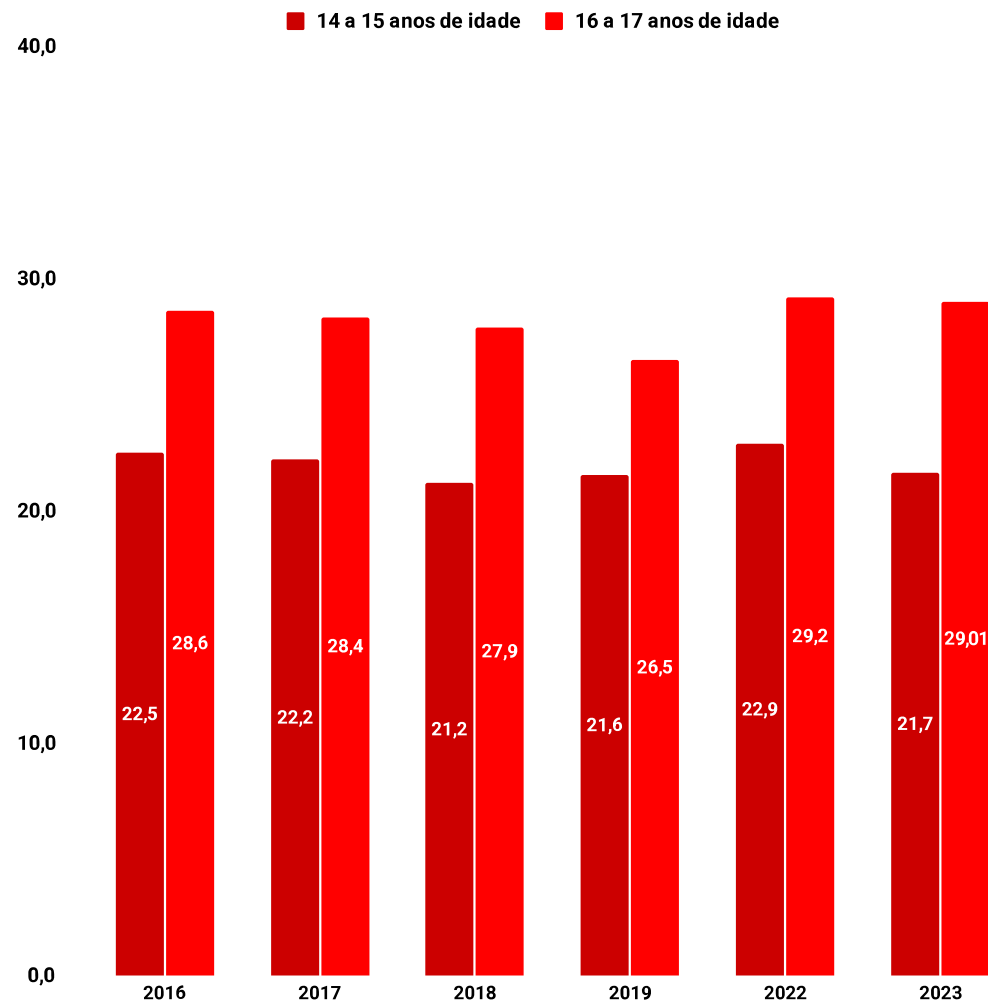
CONDIÇÕES DE TRABALHO

A partir da observação da média de horas habitualmente trabalhadas por semana e do rendimento mensal habitual, é possível visualizar aspectos que contribuem para a compreensão da gravidade e das características do trabalho infantil no país, complementando o panorama delineado nos capítulos anteriores.

O gráfico abaixo apresenta a evolução da média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para dois grupos etários: 14 a 15 anos e 16 a 17 anos, no período de 2016 a 2023. O primeiro ponto a se destacar é a diferença sistemática entre os dois grupos etários ao longo dos anos. Em todos os períodos analisados, os adolescentes de 16 a 17 anos trabalharam, em média, 6,26 horas semanais a mais do que os de 14 a 15 anos. Essa diferença é compatível com o padrão esperado, uma vez que os adolescentes mais velhos, por estarem mais próximos da maioridade, tendem a assumir jornadas de trabalho mais extensas ou exigentes em termos de carga horária.

Ao observar a série histórica, nota-se certa estabilidade relativa nas médias ao longo dos anos, mas com algumas variações importantes: 1) Para os adolescentes de 14 a 15 anos, a média de horas semanais oscilou entre 21,20 horas (em 2018) e 22,92 horas (em 2022). Após uma leve queda entre 2016 e 2019, houve um aumento em 2022, seguido de nova redução em 2023, atingindo 21,67 horas; já no grupo de 16 a 17 anos, a média de horas caiu de 28,61 horas em 2016 para 26,53 horas em 2019, indicando uma redução acumulada de aproximadamente 2 horas no período. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma recuperação, com médias de 29,23 horas em 2022 e 29,01 horas em 2023 – valores inclusive superiores ao início da série.

Média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para adolescentes de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



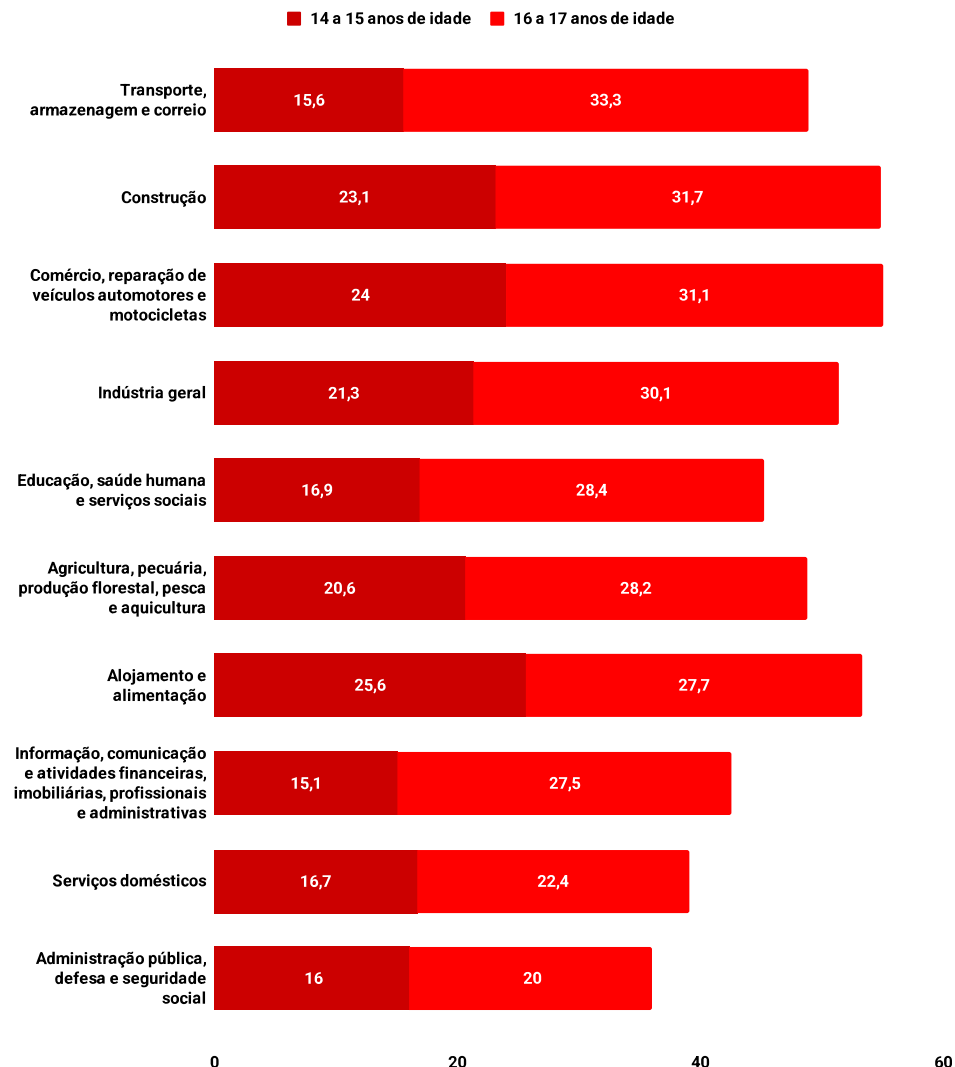
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Deste modo, os dados confirmam uma tendência já observada em estudos sobre o trabalho infantil e juvenil: quanto maior a idade, maior a carga horária média semanal, independentemente da atividade desempenhada.

Entre os adolescentes de 14 a 15 anos, destacam-se as médias mais elevadas em Alojamento e alimentação (25,6 horas), e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (24 horas). Por outro lado, atividades como Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (15,1 horas) e Administração pública, defesa e seguridade social (16 horas) apresentam as médias mais baixas, possivelmente refletindo a menor participação de adolescentes por serem ocupações formais e regulamentadas.

Na faixa de 16 a 17 anos, as atividades com maiores médias são Transporte, armazenagem e correio (33,3 horas), Construção (31,7 horas) e Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (31,1 horas). Essas são atividades tradicionalmente associadas a maior quantidade de oferta de trabalho informal e, em alguns casos, a condições mais precarizadas. Na outra ponta, Administração pública, defesa e seguridade social (20 horas) e Serviços domésticos (22,4 horas) permanecem entre as de menor jornada, embora também apresentem crescimento em relação ao grupo mais jovem. Além disso, setores como Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura mantêm médias elevadas (20,6 entre o grupo de 14 a 15 anos de idade e 28,2 horas os de 16 a 17 anos de idade), refletindo o histórico de participação de adolescentes nessas atividades, sobretudo em áreas rurais, muitas vezes associadas a situações de trabalho infantil.

Média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para adolescentes de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil segundo grupamento de atividades e grupo etário – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

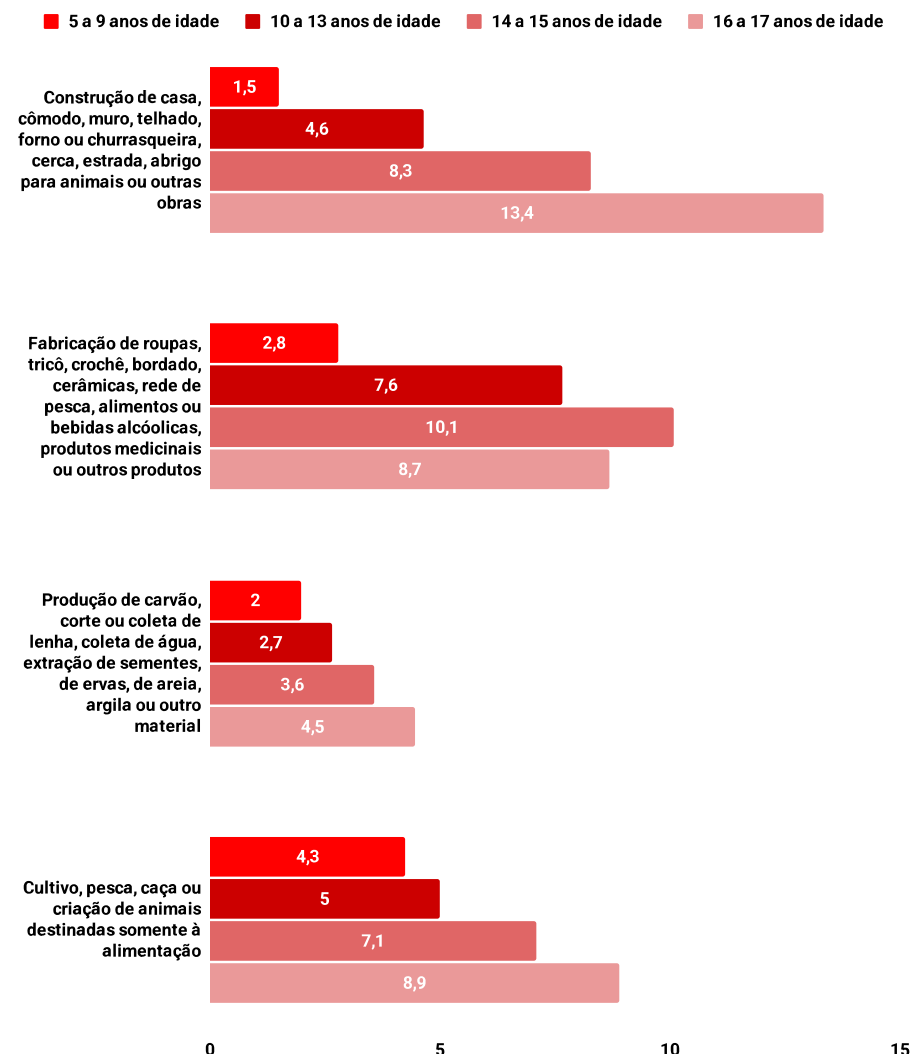
Quanto a carga horária semanal das atividades para consumo próprio, nota-se que há um crescimento progressivo da carga horária média conforme o avanço da idade. Enquanto crianças de 5 a 9 anos trabalham, em média, 2,6 horas por semana, esse valor sobe para 5 horas entre os de 10 a 13 anos, 7,3 horas entre os de 14 a 15 anos e atinge 8,8 horas por semana entre adolescentes de 16 a 17 anos. Esse comportamento já era esperado, mas chama a atenção a presença de crianças muito pequenas, de até 9 anos, realizando atividades de trabalho infantil para consumo próprio, com médias acima de 2 horas semanais.

Entre os grupamentos de atividades, as que mais demandam tempo, especialmente a partir dos 14 anos, são aqueles relacionados à construção de casas, cômodos, muros, fornos, churrasqueiras, cercas, estradas, abrigos para animais ou outras obras. Nessa atividade, adolescentes de 16 a 17 anos trabalham, em média, 13,4 horas por semana — o valor mais entre as atividades para consumo próprio. A fabricação de roupas, alimentos, produtos medicinais, bebidas alcoólicas e outros produtos também aparece com valores elevados, alcançando 10,1 horas semanais entre adolescentes de 14 a 15 anos e permanecendo elevada (8,7 horas) entre os de 16 a 17 anos.

Por outro lado, a produção de carvão, coleta de lenha, de água, sementes, ervas, areia e outros materiais apresenta, de maneira consistente, a menor carga horária média entre os tipos de atividade, variando de 2 horas entre as crianças de 5 a 9 anos até 4,5 horas semanais na faixa de 16 a 17 anos. Esse padrão evidencia a permanência do trabalho infantil, mesmo que para consumo próprio, em atividades de caráter nitidamente rural, como agricultura, pesca, caça, criação de animais e construção civil familiar.

A comparação com a carga horária média de adolescentes em atividades econômicas — como visto no gráfico anterior — revela que adolescentes de 14 a 15 anos ocupados em atividades econômicas trabalharam, em média, 18,4 horas por semana, enquanto na mesma faixa etária, aqueles que trabalhavam para consumo próprio dedicaram 7,3 horas semanais às suas ocupações. Entre os de 16 a 17 anos, a média em atividades econômicas chegou a 27,6 horas semanais, bem acima das 8,8 horas observadas entre os que trabalhavam para consumo próprio. Ainda que a jornada nas atividades para autoconsumo seja menor, ela atinge valores elevados em algumas ocupações específicas, como a construção civil familiar, aproximando-se de uma jornada de meio período em alguns casos.

Média de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos para adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil segundo grupamento de atividades para consumo próprio e grupo etário – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

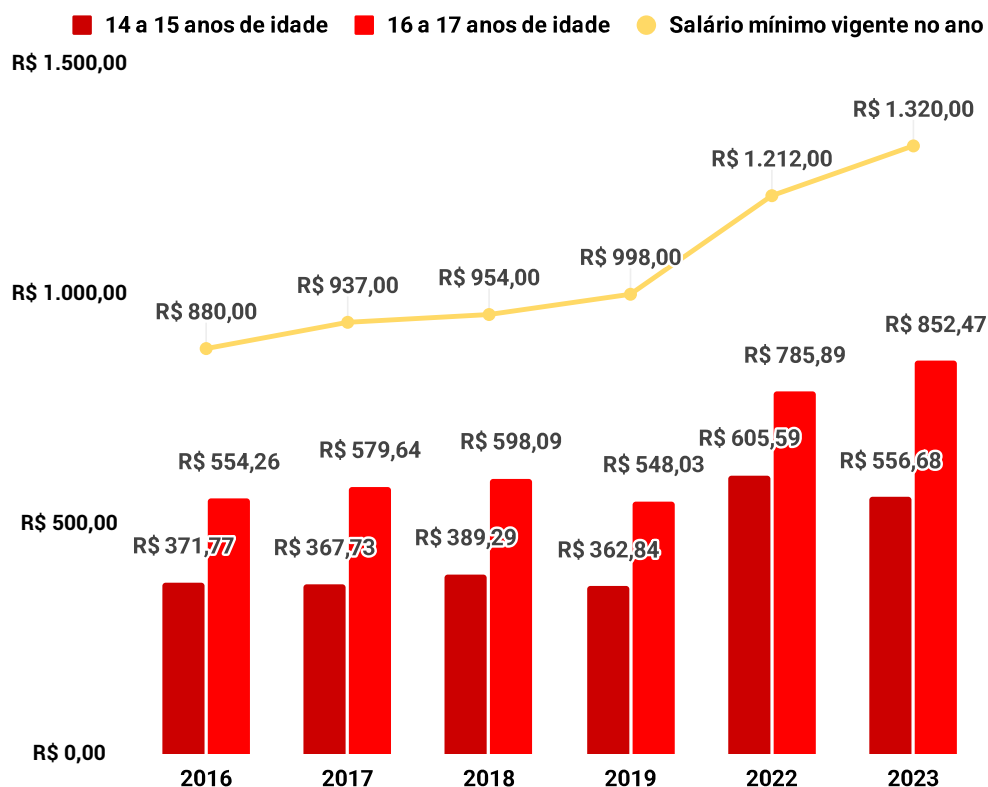
Após analisar a média de horas habitualmente trabalhadas por crianças e adolescentes em atividades para consumo próprio, se faz necessário avançar agora para o exame dos rendimentos auferidos pelos adolescentes em situação de trabalho infantil que realizaram atividades econômicas, especificamente para aqueles de 14 a 17 anos de idade que receberam remuneração em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho. Um primeiro aspecto relevante é a diferença de rendimentos entre os dois grupos etários. Em todos os anos analisados, adolescentes de 16 a 17 anos apresentaram rendimentos sistematicamente superiores aos de 14 a 15 anos. Em 2023, por exemplo, a média de rendimento mensal dos adolescentes de 16 a 17 anos foi de R\$ 852,47, enquanto o valor para os de 14 a 15 anos foi de R\$ 556,68.

Outro ponto importante diz respeito à proporção do rendimento em relação ao salário-mínimo. Ao longo do período analisado, a proporção manteve-se relativamente estável para os adolescentes de 16 a 17 anos, variando entre 54,9% (2019) e 64,8% (2022). Já para os adolescentes de 14 a 15 anos, a oscilação foi mais acentuada, com o menor valor registrado em 2019 (36,4%) e o maior em 2022 (50%).

A evolução do salário-mínimo no período também é relevante para contextualizar os rendimentos. Entre 2016 e 2023, o salário-mínimo aumentou 50%, passando de R\$ 880,00 para R\$ 1.320,00. No mesmo intervalo, o rendimento médio dos adolescentes de 14 a 15 anos aumentou 49,7%, e o dos adolescentes de 16 a 17 anos, 53,8% – ambos próximos à variação do salário-mínimo.

Destaca-se ainda o aumento expressivo nos rendimentos em 2022, ano em que o salário-mínimo teve alta de 21,4% e os rendimentos dos adolescentes aumentaram 66,9% (14 a 15 anos) e 43,4% (16 a 17 anos) em relação a 2019, após a interrupção de dados em 2020 e 2021.

Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para adolescentes de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (apenas para adolescentes que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho) segundo grupo etário – Brasil, 2023



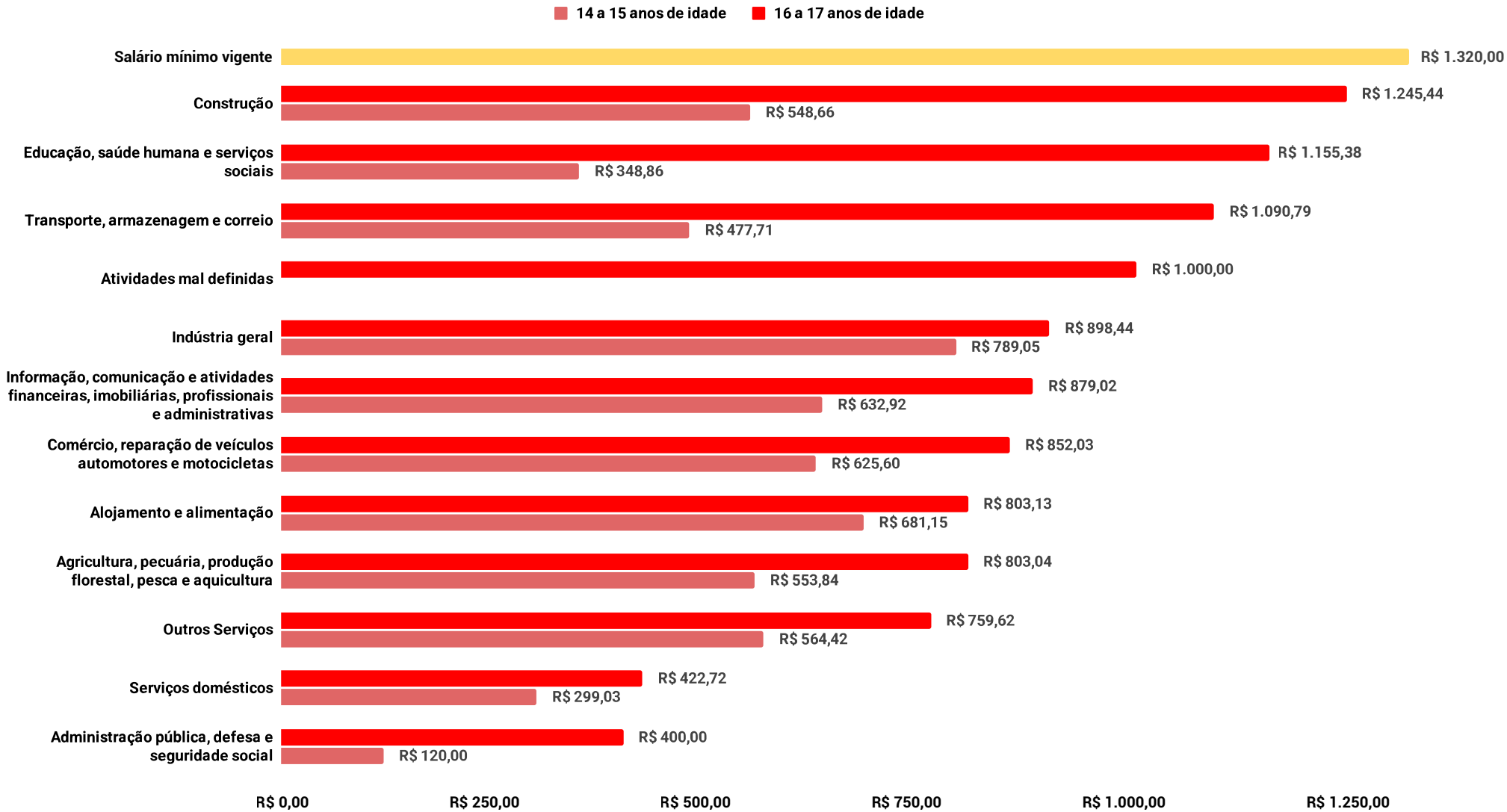
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

De maneira geral, verifica-se que os rendimentos dos adolescentes aumentam progressivamente com a idade, independentemente do setor de atividade. Em todos os grupamentos, adolescentes de 16 a 17 anos recebem valores mais elevados do que os de 14 a 15 anos, confirmando a tendência já observada anteriormente.

Entre os adolescentes de 14 a 15 anos, os menores rendimentos médios foram registrados nos grupamentos de Administração pública, defesa e seguridade social (R\$ 120,00; 9,1% do salário-mínimo) e Serviços domésticos (R\$ 299,03; 22,7% do salário-mínimo), sinalizando situações de maior precariedade. Por outro lado, os maiores valores foram encontrados na Indústria geral (R\$ 789,05; 59,8% do salário-mínimo) e em Alojamento e alimentação (R\$ 681,15; 51,6% do salário-mínimo), indicando melhores condições de remuneração nesses setores para adolescentes dessa faixa etária.

Entre os adolescentes de 16 a 17 anos, o padrão se mantém: Administração pública, defesa e seguridade social (R\$ 400,00; 30,3% do salário-mínimo) e Serviços domésticos (R\$ 422,72; 32% do salário-mínimo) figuram entre os menores rendimentos médios. Em contrapartida, as atividades de Educação, saúde humana e serviços sociais (R\$ 1.155,38; 87,5% do salário-mínimo) e Construção (R\$ 1.245,44; 94,4% do salário-mínimo) apresentaram os maiores valores médios, com destaque para a Construção, onde o rendimento médio dos adolescentes de 16 a 17 anos se aproximou significativamente do salário-mínimo vigente no ano.

Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para adolescentes de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (apenas para adolescentes que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho) segundo grupamento de atividades e grupo etário – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Rendimento mensal habitual de todos os trabalhos para adolescentes de 14 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil (apenas para adolescentes que receberam em dinheiro, produtos ou mercadorias em qualquer trabalho) segundo grupo etário – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

Grupamento de atividade	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	R\$ 418,25	R\$ 490,44	R\$ 528,83	R\$ 557,36	R\$ 762,92	R\$ 743,47
Indústria geral	R\$ 607,70	R\$ 692,32	R\$ 583,60	R\$ 615,70	R\$ 886,33	R\$ 879,46
Construção	R\$ 696,89	R\$ 674,66	R\$ 691,79	R\$ 514,15	R\$ 915,73	R\$ 1.111,28
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	R\$ 552,40	R\$ 565,93	R\$ 589,55	R\$ 557,18	R\$ 784,79	R\$ 803,61
Transporte, armazenagem e correio	R\$ 507,52	R\$ 464,11	R\$ 737,14	R\$ 482,07	R\$ 699,49	R\$ 970,82
Alojamento e alimentação	R\$ 511,11	R\$ 618,45	R\$ 548,21	R\$ 522,52	R\$ 742,63	R\$ 774,82
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	R\$ 597,53	R\$ 573,06	R\$ 587,44	R\$ 568,53	R\$ 778,33	R\$ 863,80
Administração pública, defesa e seguridade social	R\$ 490,37	R\$ 359,16	R\$ 590,59	R\$ 419,14	R\$ 550,00	R\$ 364,38
Educação, saúde humana e serviços sociais	R\$ 471,98	R\$ 477,41	R\$ 515,32	R\$ 462,25	R\$ 669,35	R\$ 1.084,68
Outros Serviços	R\$ 632,90	R\$ 533,24	R\$ 565,98	R\$ 439,01	R\$ 652,18	R\$ 710,11
Serviços domésticos	R\$ 292,78	R\$ 251,92	R\$ 305,41	R\$ 293,50	R\$ 402,38	R\$ 387,84
Atividades mal definidas	-	R\$ 428,34	R\$ 168,48	-	-	R\$ 1.000,00
Salário mínimo vigente	R\$ 880,00	R\$ 937,00	R\$ 954,00	R\$ 998,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.320,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Os dados analisados ao longo deste capítulo evidenciam a persistência de desigualdades nas condições de trabalho infantil no Brasil, tanto em termos de carga horária quanto de remuneração. Os rendimentos mensais dos adolescentes, embora tenham acompanhado o aumento do salário-mínimo entre 2016 e 2023, mantêm-se inferiores ao piso nacional e variam consideravelmente segundo faixa etária e setor de atividade. Além disso, as diferenças salariais entre os adolescentes de 14 a 15 anos e os de 16 a 17 anos são significativas, refletindo restrições legais e dinâmicas do mercado de trabalho. Por fim, a forte desigualdade entre os setores — com adolescentes em atividades como Construção e Educação recebendo quase o salário-mínimo e outros, em Serviços domésticos e Administração pública, recebendo menos de um terço desse valor — reforça a precariedade e a heterogeneidade do trabalho infantil no país.

A silhouette of a child, likely a girl, carrying a very heavy load on their back. The load is depicted as a large, rounded shape, possibly a basket or a sack, which is significantly larger than the child's torso. The child is walking, with one leg forward, and their head is bowed under the weight. The entire image is set against a solid red background.

O IMPACTO DO TRABALHO INFANTIL NO PROCESSO EDUCACIONAL

O trabalho infantil é reconhecidamente um fator que compromete o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, afetando não apenas sua saúde física e emocional, mas também seu desempenho e trajetória educacional. Diversos estudos indicam que a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, mesmo em situações consideradas “leves” ou em atividades familiares, interfere negativamente no processo de escolarização, comprometendo o aprendizado, a permanência na escola e as oportunidades educacionais futuras (ILO, 2017; EMERSON & SOUZA, 2007).

A literatura evidencia que, além de reduzir o tempo disponível para o estudo e para o descanso, o trabalho na infância e adolescência aumenta as chances de evasão escolar, reprovação e distorção idade-série — situação em que o estudante se encontra em um ano escolar incompatível com sua idade (ARENDS-KUENNING & DURYEA, 2003). Mesmo entre aqueles que permanecem na escola, há indícios de que o rendimento escolar é inferior em comparação aos que não trabalham, refletindo as dificuldades de conciliar o cansaço físico, a exigência de responsabilidades no ambiente laboral e as demandas acadêmicas (ANKER, 2000).

No Brasil, a análise dos dados da PNAD Contínua revela que adolescentes em situação de trabalho infantil apresentam taxas mais elevadas de atraso escolar, atraso na alfabetização plena e menor frequência à escola do que seus pares que não estão em situação de trabalho infantil. Além disso, o trabalho precoce tende a limitar o nível de instrução alcançado, perpetuando ciclos de vulnerabilidade social e de inserção em ocupações precárias na vida adulta (GUARCELLO et al., 2006).

Diante desse cenário, este capítulo busca analisar o impacto do trabalho infantil no processo educacional de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade investigados na quinta visita ao domicílio da Pnad Contínua entre os anos de 2016 a 2019, 2022 e 2023, a partir de quatro aspectos: alfabetização, frequência escolar, existência de distorção idade-série e nível de instrução alcançado entre aqueles que não frequentavam escola no momento da pesquisa. O objetivo é dimensionar as consequências educacionais do trabalho infantil, identificando padrões e desigualdades associadas a essa prática no país.

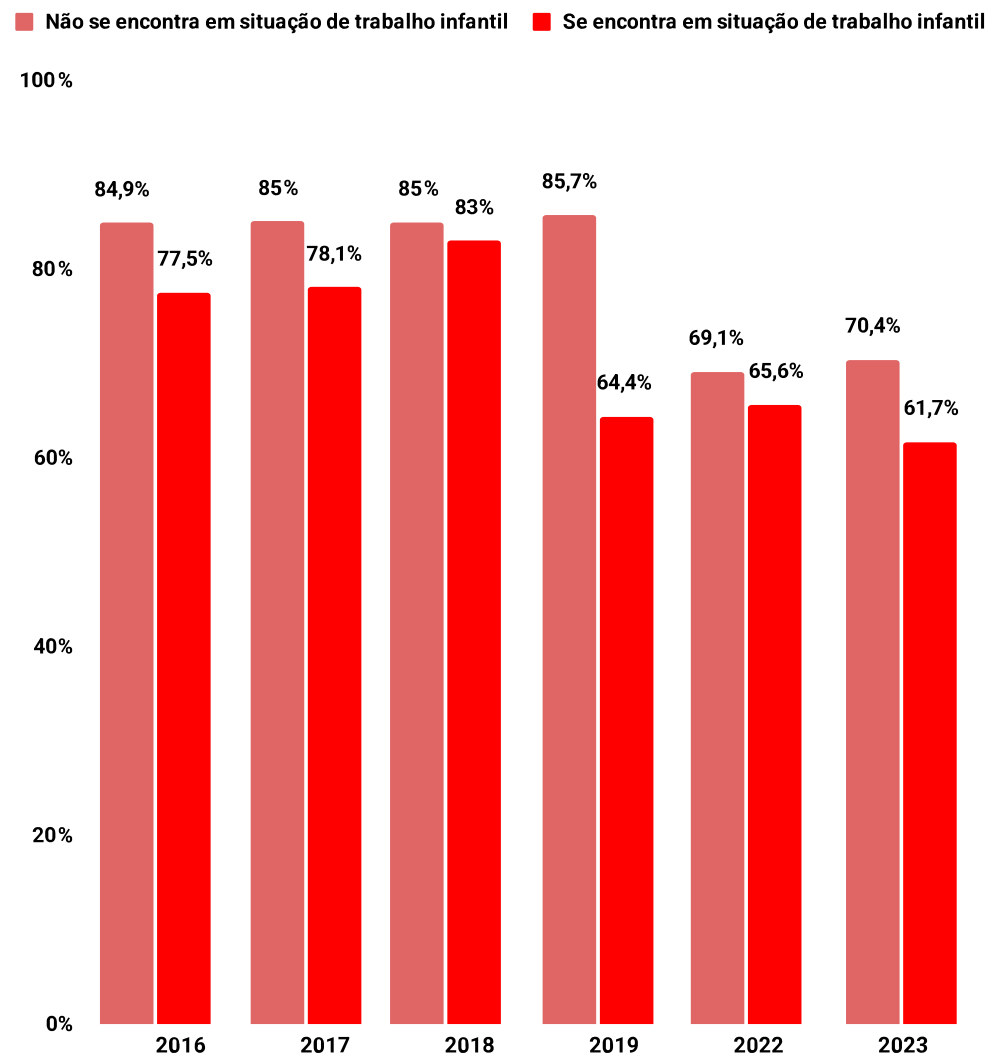
De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a criança deve ser considerada alfabetizada, isto é, capaz de ler e escrever de forma independente e com compreensão, até o final do segundo ano do ensino fundamental, por volta dos 7 ou 8 anos. Dito isto, o gráfico abaixo apresenta os percentuais de crianças de 7 e 8 anos de idade que informaram saber ler e escrever, entre 2016 e 2023, segundo a situação de trabalho infantil.

Os dados revelam, em todos os anos observados, um padrão claro: o percentual de crianças alfabetizadas é sistematicamente menor entre aquelas em situação de trabalho infantil. Em 2016, por exemplo, 84,9% das crianças que não estavam em situação de trabalho infantil estavam alfabetizadas, contra 77,5% entre as que se encontravam em trabalho infantil — uma diferença de 7,4 pontos percentuais. Esse padrão de desvantagem para o grupo em trabalho infantil se repete em todos os anos, variando entre 2 e 11 pontos percentuais.

O ano de 2019 apresentou a maior diferença no período: 85,7% de alfabetização entre crianças que não se encontravam em trabalho infantil, contra apenas 64,4% entre as que estavam em situação de trabalho infantil — uma diferença de 21,3 pontos percentuais. Já em 2023, embora os percentuais gerais tenham permanecido abaixo dos anos anteriores à pandemia de COVID-19, o padrão se manteve: 70,4% das crianças fora do trabalho infantil alfabetizadas, contra 61,7% das que trabalham nesta condição.

Por fim, observa-se também uma tendência de queda nos percentuais de alfabetização entre 2019 e 2022 em ambos os grupos, muito possivelmente associada aos impactos da pandemia sobre a educação básica, especialmente entre os mais vulneráveis — situação já apontada por estudos recentes sobre os efeitos da COVID-19 na aprendizagem infantil no Brasil (UNICEF, 2021; SCHADY et. al., 2023)

Percentual de indivíduos entre 7 e 8 anos de idade que informaram saber ler e escrever segundo situação de trabalho infantil — Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Número de indivíduos entre 7 e 8 anos de idade que informaram saber ler e escrever segundo situação de trabalho infantil – Brasil, 2016 a 2019, 2022 e 2023

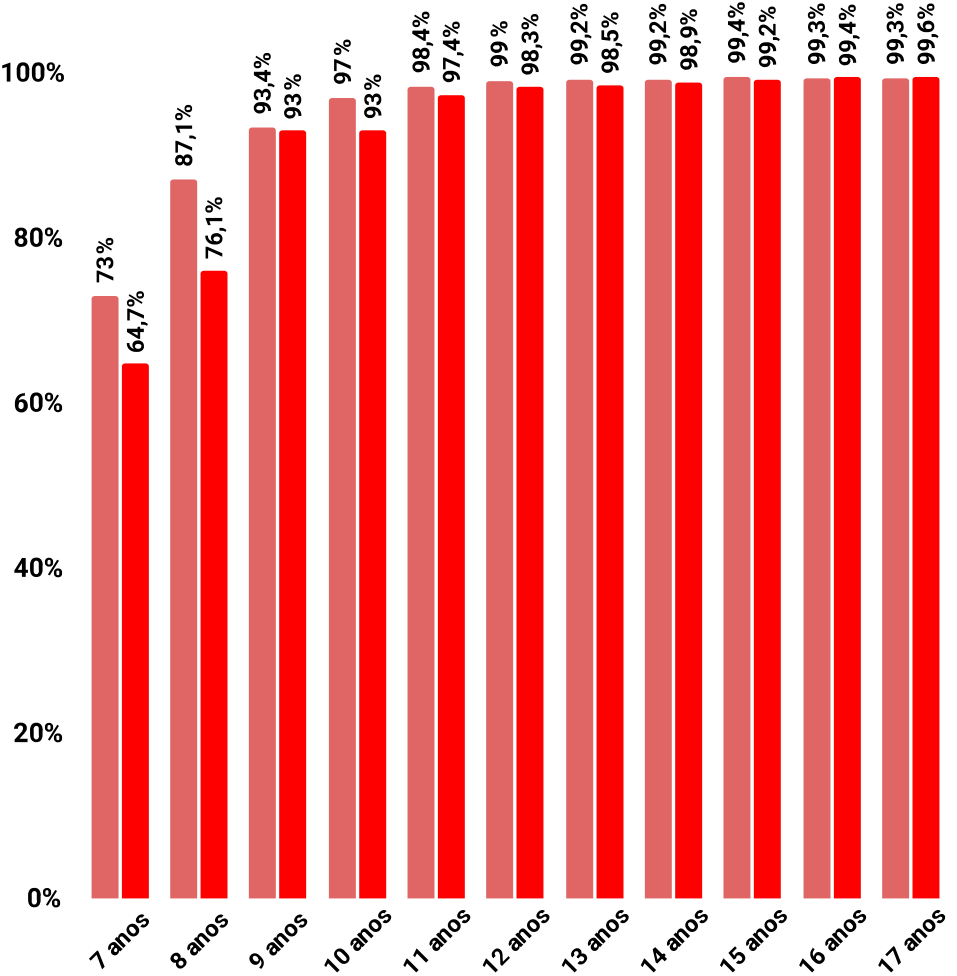
Situação quanto a condição de trabalho infantil	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Não se encontra em situação de trabalho infantil	5.861.023	5.774.555	5.815.454	5.808.561	5.880.556	5.884.499
Se encontra em situação de trabalho infantil	47.621	55.751	48.014	30.036	55.332	47.488
Total	5.908.644	5.830.306	5.863.468	5.838.597	5.935.888	5.931.987

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Como mostra o gráfico abaixo, para todas as idades de 7 a 14 anos, o percentual de alfabetizados é menor entre aqueles em situação de trabalho infantil. No entanto, a medida que a idade avança, essa diferença tende a desaparecer: aos 10 anos, a diferença cai para 4,0 p.p; aos 11 e 12 anos, a diferença é menor que 1 p.p; já dos 13 aos 17 anos, os percentuais são praticamente iguais. Portanto, é importante ressaltar que, embora os dados evidenciem que o trabalho infantil não impede a alfabetização, ele a atrasa, o que contraria a expectativa estabelecida pela BNCC. Tal defasagem pode trazer consequências cumulativas para o desempenho escolar posterior, ampliando desigualdades educacionais e dificultando a permanência e o progresso desses estudantes ao longo da trajetória escolar.

Percentual de indivíduos de 7 a 17 anos de idade que informaram saber ler e escrever segundo situação de trabalho infantil e idade simples – Brasil, média da série histórica (2016 a 2019, 2022 e 2023)

■ Não se encontra em situação de trabalho infantil ■ Se encontra em situação de trabalho infantil



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

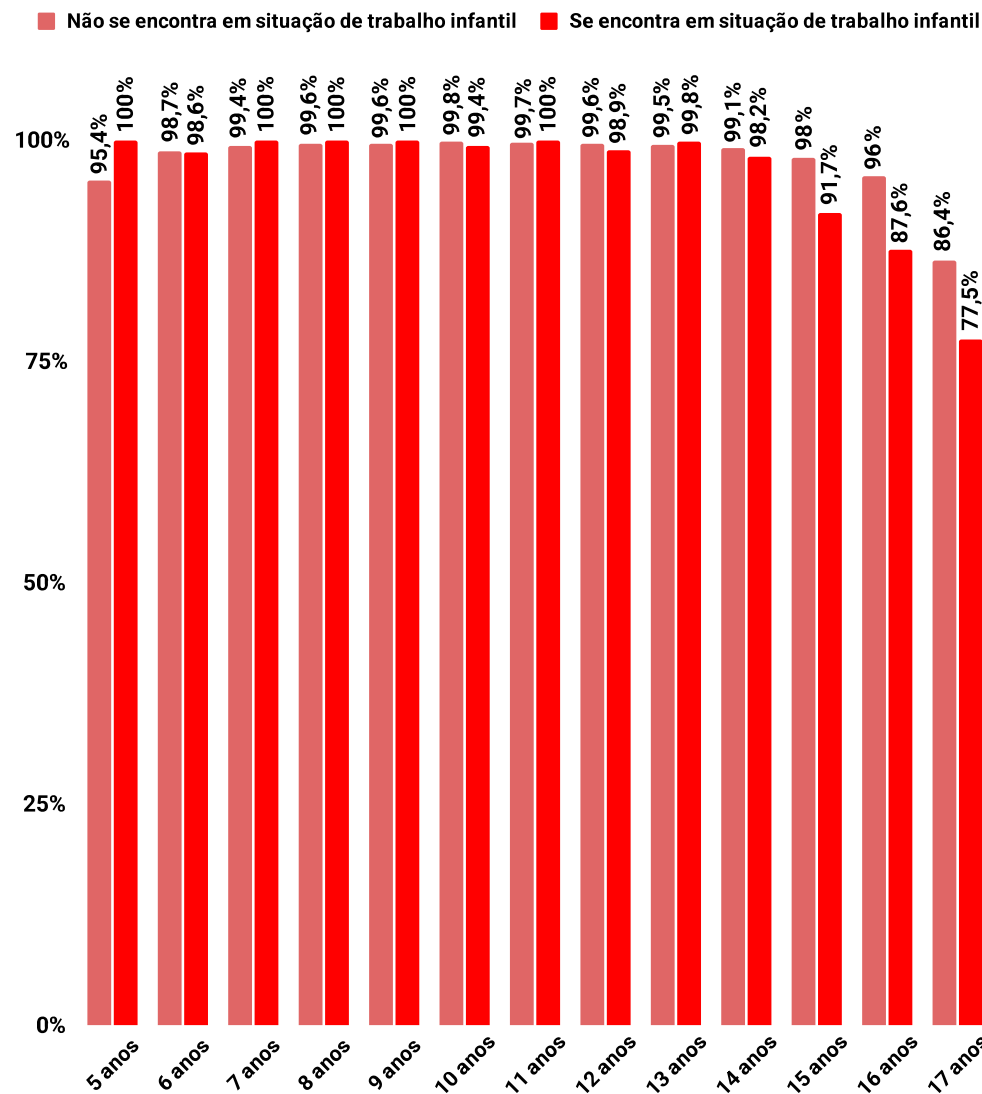
66

Quanto à frequência à escola, os dados mostram que, até os 14 anos, a frequência escolar é elevada e bastante semelhante entre os dois grupos, superando 98% em praticamente todas as idades — reflexo da obrigatoriedade de matrícula e permanência na escola para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos.

O dado mais relevante, contudo, aparece a partir dos 15 anos (o que coincide com a idade ideal de ingresso no ensino médio), quando a frequência escolar cai em ambos os grupos. Para adolescentes que estão em situação de trabalho infantil, a taxa cai de 98,2% (aos 14 anos) para 91,7% (aos 15 anos), e segue reduzindo para 87,6% (aos 16 anos) e 77,5% (aos 17 anos) — queda acumulada de 20,7 pontos percentuais em três anos. Já entre adolescentes que não estão em situação de trabalho infantil, a frequência escolar cai de 99,1% (aos 14 anos) para 98% (aos 15 anos), 96% (aos 16 anos) e 86,4% (aos 17 anos) — queda de 12,7 pontos percentuais no mesmo período.

A diferença no percentual de respostas positivas quanto a frequentar escola entre os dois grupos, que era mínima até os 14 anos de idade (diferença máxima de 0,9 p.p.), amplia-se progressivamente: 6,3 p.p aos 15 anos de idade; 8,4 p.p aos 16 anos e 8,9 p.p. aos 17 anos. Isso sugere que, embora a frequência à escola diminua, sobretudo, a partir do ingresso no Ensino Médio, estar em situação de trabalho infantil tem maior impacto negativo na tentativa de conciliar trabalho e estudo.

Percentual de indivíduos de 5 a 17 anos de idade que informaram frequentar escola segundo situação de trabalho infantil e idade simples — Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Número de indivíduos de 5 a 17 anos de idade que informaram frequentar escola segundo situação de trabalho infantil e grupo etário – Brasil, 2023

Situação quanto a condição de trabalho infantil	5 a 9 anos de idade	10 a 14 anos de idade	15 a 17 anos de idade	Total
Não se encontra em situação de trabalho infantil	14.401.150	14.068.189	7.445.537	35.914.876
Se encontra em situação de trabalho infantil	99.895	375.351	945.851	1.421.097
Total	14.501.045	14.443.540	8.391.388	37.335.973

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

A distorção idade-série corresponde à diferença entre a idade real de um aluno e a idade esperada para a série que ele está cursando, geralmente com um atraso de dois anos ou mais. De modo geral, os dados evidenciam que a distorção é mais elevada entre os estudantes que se encontram em situação de trabalho infantil em todos os anos analisados.

No 1º ano do Ensino Fundamental, a taxa de distorção é de 35,0% entre aqueles em situação de trabalho infantil, contra 9,8% entre os que não estão em situação de trabalho infantil – ou seja, quase 3,6 vezes maior. Este padrão se repete ao longo das séries: em todos os anos, a taxa entre crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil supera a verificada no grupo que não está nesta condição.

As taxas oscilam entre 19,7% e 36% para os estudantes em situação de trabalho infantil do 2º ao 8º ano, enquanto variam de 7,2% a 14,7% para os não estão neste grupo, mantendo, portanto, uma diferença sistemática de dois a três dígitos percentuais em favor do segundo grupo. Além disso, ao

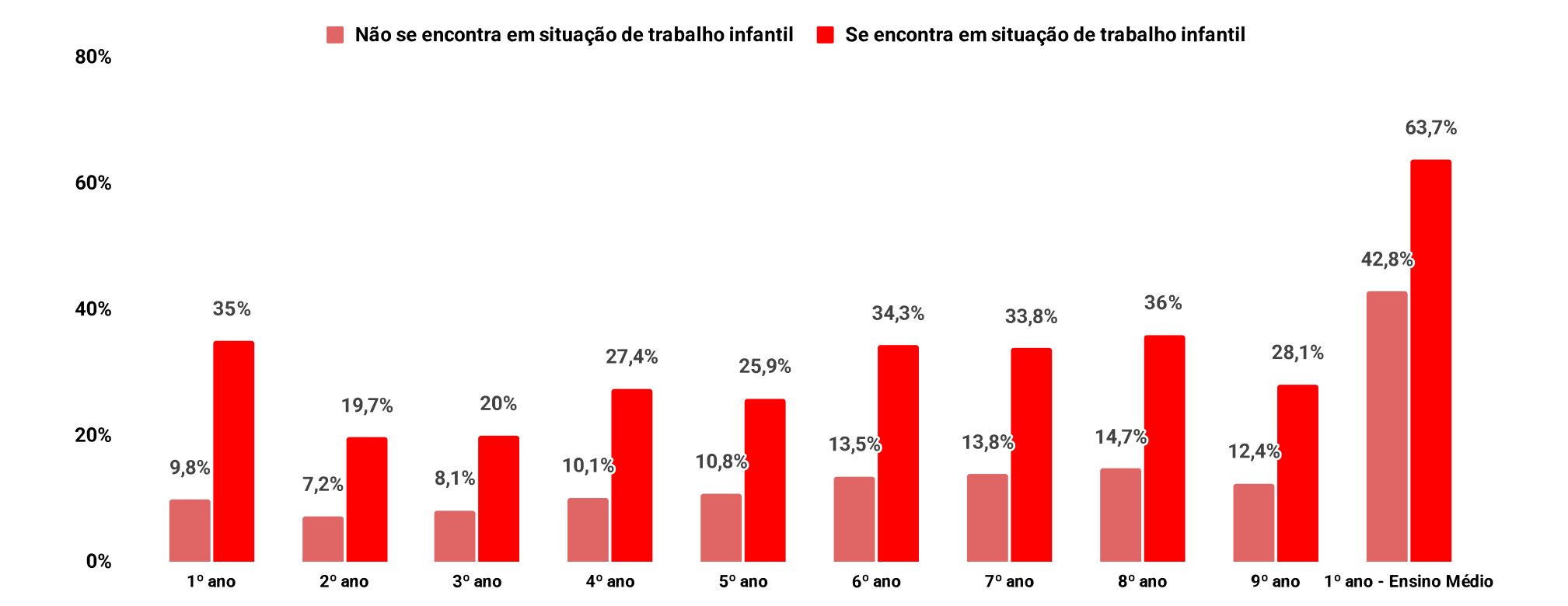
longo de todo o ensino fundamental, há uma diferença média de cerca de 18,6 pontos percentuais nas taxas de distorção idade-série entre estudantes em situação de trabalho infantil e os demais.

Outro aspecto importante é o comportamento crescente da distorção a partir do 6º ano entre aqueles em situação de trabalho infantil. De 19,7% no 2º ano, o percentual sobe para 36% no 8º ano, um acréscimo de 16,3 p.p., sugerindo um acúmulo progressivo de atrasos ao longo da trajetória escolar, especialmente nas séries finais do fundamental – o que pode ser associado à intensificação da jornada de trabalho ou a efeitos cumulativos de defasagens anteriores.

Um dado especialmente relevante aparece no 1º ano do Ensino Médio: a taxa de distorção idade-série para adolescentes em situação de trabalho infantil sobe para 63,7%, enquanto é de 42,8% entre os que não figuram nesse grupo. Ou seja, cerca de 2 em cada 3 adolescentes em situação de trabalho infantil estão em atraso escolar, contra pouco menos da metade entre os que não figuram neste grupo. Esta diferença de 20,9 p.p. reforça a dificuldade enfrentada pelos adolescentes no trabalho infantil para manter a regularidade de sua trajetória escolar, especialmente na transição para o ensino médio – etapa sabidamente crítica em termos de permanência e aprovação no país.



Taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio segundo situação de trabalho infantil e ano/série – Brasil, 2023



Número de indivíduos que informaram frequentar o Ensino Fundamental regular com uma diferença de 2 anos ou mais entre sua idade real e a idade esperada para o ano em que ele está frequentando a escola – Brasil, 2023

Situação quanto a condição de trabalho infantil	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
Se encontra em situação de trabalho infantil	5.214	5.418	5.418	11.250	12.176	21.574	38.621	46.096	56.842	202.609
Não se encontra em situação de trabalho infantil	241.458	211.480	238.143	300.288	312.052	408.667	414.888	395.826	344.605	2.867.407
Total	246.672	216.898	243.561	311.538	324.228	430.241	453.509	441.922	401.447	3.070.016

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

69

Para compreender de forma mais aprofundada os efeitos do trabalho infantil sobre a trajetória escolar, este tópico se dedica a analisar o nível de instrução máximo alcançado pelos indivíduos. Essa variável permite avaliar o alcance efetivo da escolarização, sobretudo entre aqueles que já se encontram fora da escola, e assim estimar indiretamente o impacto do trabalho precoce sobre a permanência e a conclusão dos estudos.

Duas escolhas metodológicas orientaram esta análise. A primeira delas consistiu em selecionar apenas os indivíduos que declararam não estar frequentando escola no momento da pesquisa. A razão para essa escolha reside no fato de que, para os indivíduos que ainda frequentam a escola, o nível de instrução tende a se elevar nos anos seguintes, tornando qualquer diagnóstico a partir do nível atual necessariamente transitório e incompleto. Ao focar naqueles que interromperam os estudos, mesmo que seja apenas naquele ano específico da realização da pesquisa, este indicador funciona como uma proxy de evasão escolar, permitindo identificar os níveis de escolarização efetivamente consolidados por esses indivíduos.

A segunda escolha metodológica refere-se ao recorte etário adotado na análise, restrito a dois grupos: indivíduos de 15 anos de idade e de 17 anos de idade. Tal decisão se justifica pelo maior potencial de abandono ou evasão escolar nestas faixas etárias. O grupo de 15 anos representa, em termos educacionais, a idade típica de entrada no ensino médio no Brasil, momento crítico de transição e de elevação dos riscos de evasão. Já o grupo de 17 anos corresponde tanto à idade de conclusão prevista do ensino médio quanto à última idade legal para enquadramento de adolescentes em situação de trabalho infantil, de acordo com a legislação brasileira. Assim,

além de contemplar diferentes momentos da trajetória escolar, esse recorte permite examinar a relação entre trabalho infantil e escolarização consolidada em dois pontos críticos do ciclo educacional.

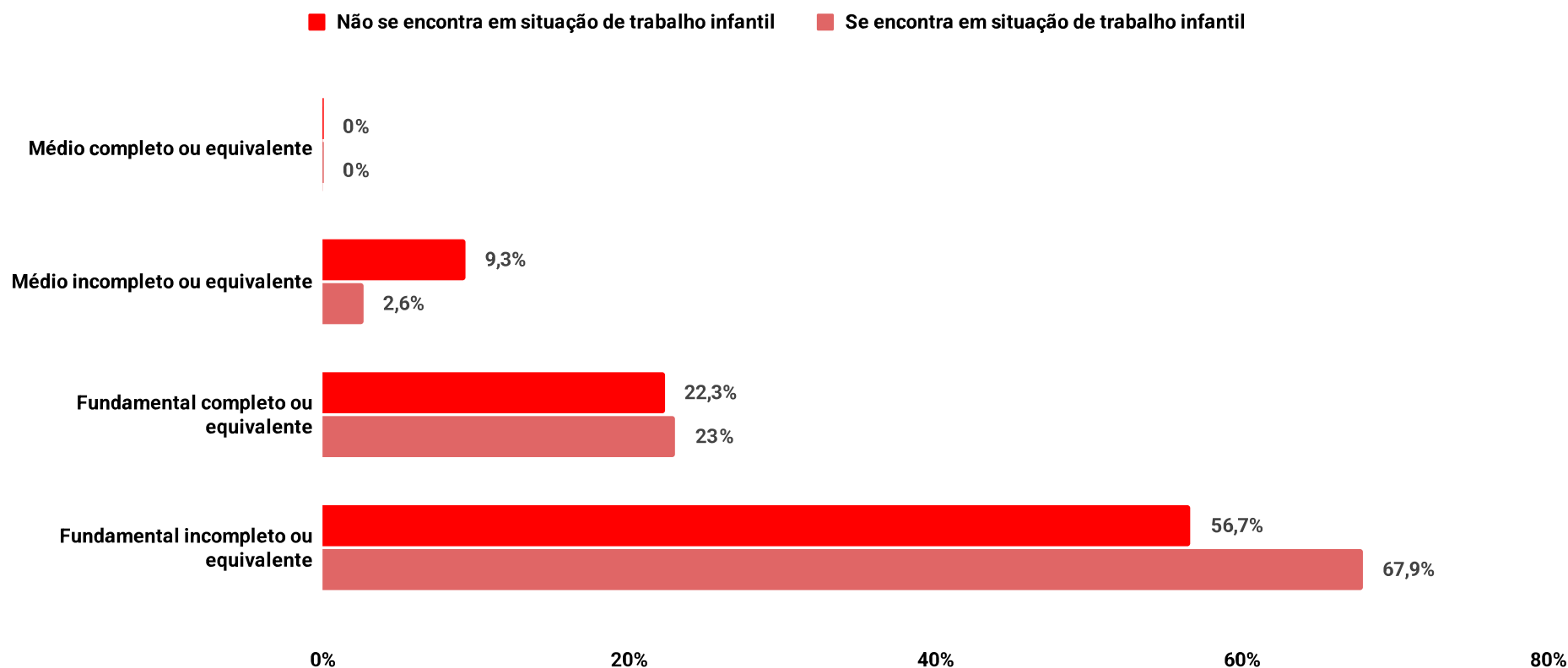
A partir dessas escolhas, serão analisados dois gráficos que detalham o nível de instrução máximo alcançado segundo a situação de trabalho infantil para os grupos de 15 e 17 anos. As análises procurarão destacar os padrões de desigualdade escolar associados ao trabalho precoce, as defasagens acumuladas e os potenciais efeitos de exclusão educacional provocados pela inserção precoce no mercado de trabalho.

Entre adolescentes de 15 anos que não frequentavam escola em 2023, os dados revelam que entre adolescentes em situação de trabalho infantil: 1) 67,9% não haviam completado o ensino fundamental — ou seja, mantinham-se em situação de atraso escolar ou abandono antes mesmo de concluir a etapa obrigatória; 2) Apenas 23,0% tinham completado o ensino fundamental e 3) uma parcela mínima de 2,6% havia iniciado o ensino médio. Entre adolescentes que não estavam em situação de trabalho infantil: 1) 56,7% estavam com o ensino fundamental incompleto, percentual elevado, mas inferior ao do grupo em situação de trabalho infantil; 2) 22,3% haviam completado o ensino fundamental, percentual quase idêntico ao daqueles em trabalho infantil. Contudo, 9,3% já haviam iniciado o ensino médio, índice mais de três vezes superior ao dos trabalhadores em trabalho infantil. A diferença de 67,9% (trabalho infantil) para 56,7% (não está em trabalho infantil) no ensino fundamental incompleto é de 11,2 pontos percentuais, o que, em termos educacionais, é um hiato relevante para políticas de garantia de direitos e combate à evasão. A presença de 9,3% no médio incompleto entre

os adolescentes que não trabalham, frente a 2,6% dos que trabalham, reforça a hipótese de que a ocupação precoce compromete não apenas a permanência escolar, mas também o avanço de etapa.

Esse diferencial na transição para o ensino médio é importante porque indica que o trabalho precoce contribui para atrasos e barreiras no avanço escolar (MATTEI; CUNHA, 2021), pois pode se tornar um fator de risco para a trajetória educacional, em função do cansaço, da ausência escolar e da desistência precoce.

Nível de instrução alcançado de indivíduos de 15 anos de idade que informaram não frequentar escola segundo situação quanto condição de trabalho infantil e etapa de ensino – Brasil, 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Número de indivíduos de 15 anos de idade segundo nível de instrução alcançado – Brasil, 2023

Situação quanto a condição de trabalho infantil	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Total
Se encontra em situação de trabalho infantil	1.251	13.119	4.453	510	0	0	19.333
Não se encontra em situação de trabalho infantil	6.331	30.532	12.018	4.998	0	0	53.879
Total	7.582	43.651	16.471	5.508	0	0	73.212

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

O último aspecto se refere à distribuição percentual de adolescentes de 17 anos de idade que declararam não frequentar escola em 2023. Assim como nas análises anteriores, os dados evidenciam diferenças expressivas entre aqueles que se encontravam em situação de trabalho infantil e os que não figuravam nesse grupo. Entre os adolescentes em trabalho infantil, 31% não haviam sequer concluído o ensino fundamental, enquanto esse percentual era de 19,6% entre aqueles que não se encontravam em trabalho infantil. Essa diferença de 11,4 pontos percentuais aponta para o acúmulo de defasagens e rupturas escolares ao longo da trajetória educacional dos adolescentes em trabalho infantil.

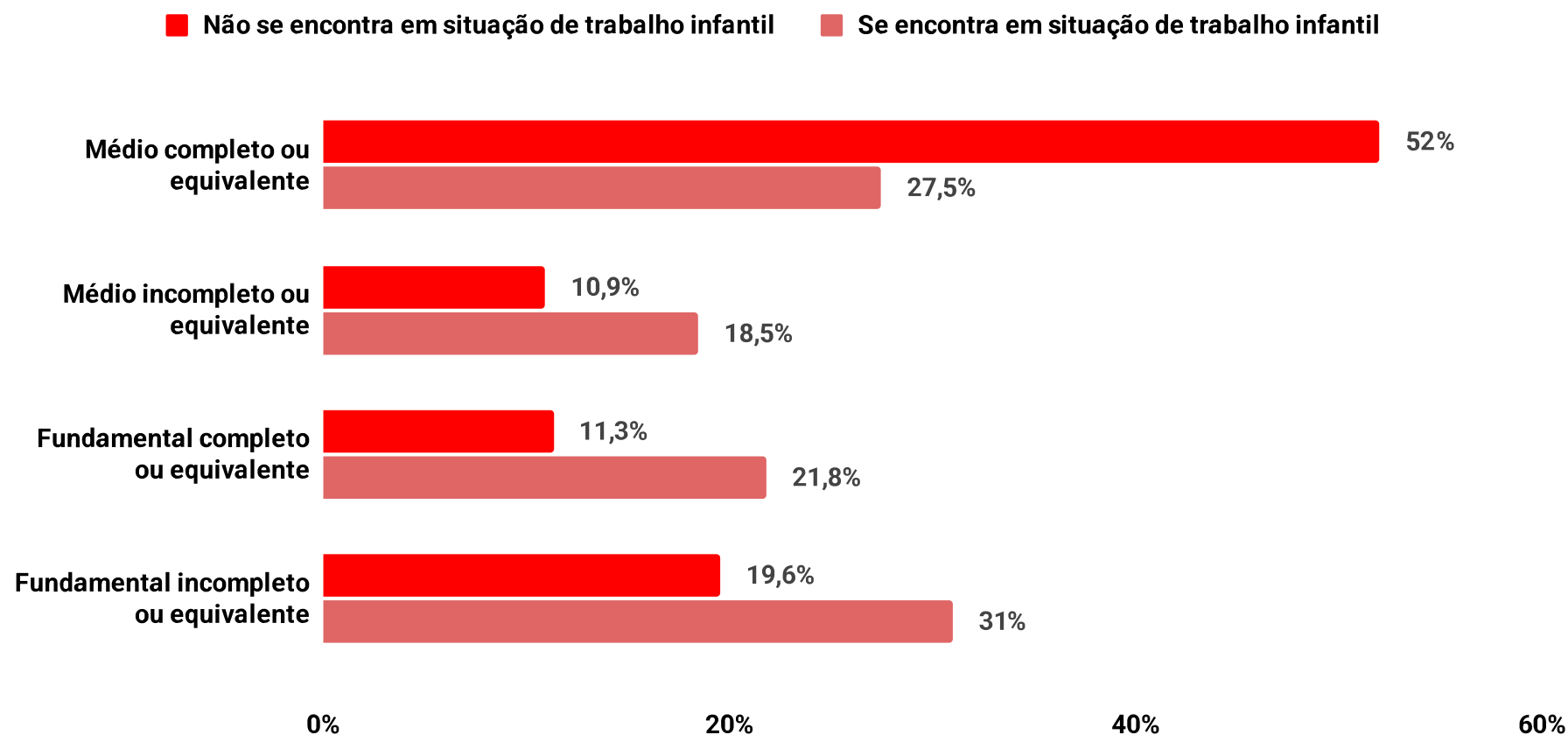
No que se refere à conclusão do ensino fundamental, observa-se que 21,8% daqueles em trabalho infantil atingiram essa etapa, proporção superior à registrada entre os que não figuravam em situação de trabalho infantil (11,3%) – diferença de 10,5 p.p. Essa discrepância entre os dois grupos pode sugerir que uma parte significativa dos adolescentes que ingressaram precocemente no mercado de trabalho encerra sua escolarização

nesse nível, sem prosseguir para o ensino médio. Já o percentual de adolescentes com ensino médio incompleto é de 18,5% entre aqueles em situação de trabalho infantil, ante 10,9% (diferença de 7,6 p.p.) entre os que não se encontram neste grupo, diferença que reforça a dificuldade de permanência e progressão dos primeiros no ensino médio.

O dado mais expressivo, contudo, refere-se à conclusão do ensino médio: enquanto 27,5% dos adolescentes de 17 anos de idade em situação de trabalho infantil conseguiram finalizar essa etapa, entre os adolescentes que não estão em situação de trabalho infantil esse percentual alcança 52%, diferença de 24,5 pontos percentuais. Ou seja, adolescentes de 17 anos que não estão no trabalho infantil têm quase o dobro de chance de concluir o ensino médio até essa idade. Esse dado corrobora os achados de Portella et al. (2018), que apontam que o acúmulo de defasagens escolares, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, compromete de forma significativa a conclusão do ensino médio e aprofunda desigualdades educacionais. Dessa forma, os dados reiteram os efeitos cumulativos e duradouros do trabalho

infantil sobre o percurso educacional. A presença precoce no mercado de trabalho não apenas limita a permanência escolar, mas também compromete a progressão e a conclusão das etapas obrigatórias de ensino, com consequências que se tornam mais evidentes aos 17 anos. Como destacam Mattei e Cunha (2021), o trabalho precoce impacta negativamente o desempenho escolar e aumenta a distorção idade-série, gerando um ciclo de vulnerabilidades que tende a se perpetuar na vida adulta.

Nível de instrução alcançado de indivíduos de 17 anos de idade que informaram não frequentar escola segundo situação quanto condição de trabalho infantil e etapa de ensino — Brasil, 2023



Número de indivíduos de 17 anos de idade segundo nível de instrução alcançado – Brasil, 2023

Situação quanto a condição de trabalho infantil	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Total
Se encontra em situação de trabalho infantil	1.347	35.838	25.222	21.348	31.762	0	115.517
Não se encontra em situação de trabalho infantil	20.606	67.037	38.867	37.493	178.307	439	342.749
Total	21.953	102.875	64.089	58.841	210.069	439	458.266

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Encerrando esta discussão, as análises realizadas permitem afirmar que o trabalho infantil continua a constituir um importante fator de exclusão e desigualdade educacional no Brasil. A partir dos dados mais recentes de 2023, foi possível demonstrar que adolescentes em situação de trabalho infantil apresentam menor frequência escolar, maior atraso nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, menor ingresso e permanência no ensino médio e, consequentemente, menores taxas de conclusão dessa etapa até os 17 anos. O enfrentamento do trabalho infantil, portanto, revela-se condição indispensável não apenas para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, mas também para promover a equidade educacional e reduzir as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Embora os dados mais recentes apontem para uma redução no número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil – de 1,8 milhão em 2022 para 1,6 milhão em 2023 –, o contingente de indivíduos afetados ainda é expressivo e o cenário permanece desafiador. Os números revelam que, apesar de avanços pontuais, o Brasil ainda convive com um volume significativo de adolescentes expostos precocemente às exigências e aos riscos do mundo do trabalho não regulamentado.

74

REFERÊNCIAS

ANKER, R. Conceptual and Research Frameworks for the Economics of Child Labour and its Elimination. Geneva: ILO, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267718525_Conceptual_and_research_frameworks_for_the_economics_of_child_labour_and_its_elimination. Acesso em: 2 maio 2025.

ARENDS-KUENNING, M & DURYEY, S. School Attendance, Child Labor and Local Labor Market Fluctuations in Urban Brazil. World Development, v. 31, n. 7, p. 1165–1178, 2003. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X03000652?utm>. Acesso em: 2 maio 2025.

EMERSON, P. & SOUZA, A. Child Labor, School Attendance, and Intrahousehold Gender Bias in Brazil. World Bank Economic Review. © World Bank, 2007. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/002ac8a0-e8f4-5cf4-af72-732ca4db4b87/content>. Acesso em: 25 abril 2025.

GUARCELLO, L.; LYON, S; ROSATI, F.C. Child Labour and Education For All: An Issue Paper. 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/83631203_Child_Labor_and_Education_for_All_An_Issue_Paper?utm. Acesso em: 2 maio 2025.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). Global Estimates of Child Labour: Results and Trends, 2012–2016. Geneva: ILO, 2017. Disponível em:

https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/%40dgreports/%40dcomm/documents/publication/wcms_575499.pdf?utm. Acesso em: 25 abril 2025.

MATTEI, T.; CUNHA, M. Impacto do trabalho infantojuvenil no desempenho escolar para o Brasil urbano. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 32, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/7159/4262>. Acesso em: 2 maio 2025.

PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 541–568, 2018. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3138/2174>. Acesso em: 2 maio 2025.

SCHADY, N.; HOLLA, A.; SABARWAL, S.; SILVA, J.; YI CHANG, A. Colapso e recuperação: como a pandemia de Covid-19 deteriorou o capital humano e que fazer a respeito. Grupo Banco Mundial, 2023. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a1436227-cdd-4-4503-bfe7-8cfd1d9fc71/content>. Acesso em: 25 abril 2025.

UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na educação. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 abril 2025.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA*

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1959.

Todas as crianças têm direito:

1. A igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade;
2. A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social;
3. A um nome e a uma nacionalidade;
4. A alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe;
5. A educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente;
6. A amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade;
7. A educação gratuita e a lazer infantil;
8. A ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes;
9. A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho;
10. A crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Em 12 de outubro de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco histórico na garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

(*) Elaborado por Raquel Altman.



www.fadc.org.br